



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1333/17	DATA: 19/09/2017	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 14h20min	TÉRMINO: 18h15min	PÁGINAS: 78

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CARLA BUENO - Representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.  
KELLI MAFORT - Representante da Direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST.  
UBIRANI OTERO - Gerente da Unidade Técnica de Exposição Ocupacional, Ambiental e Câncer do Instituto Nacional de Câncer — INCA.  
ANA MARINA MARTINS DE LIMA - Secretária-Executiva do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos e Coordenadora da Comissão Temática de Meio Ambiente e Agroecologia.  
MARINA LACORTE - Coordenadora da Campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace.  
MADALENA MARGARIDA DA SILVA - Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores — CUT.

SUMÁRIO

Debate sobre os efeitos dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.  
Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções ininteligíveis.  
Houve intervenções inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Boa tarde.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater os efeitos dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde.

O requerimento para a realização deste evento é de autoria dos Deputados João Daniel, do PT de Sergipe; Paulo Teixeira, do PT de São Paulo; e Valmir Assunção, do PT da Bahia.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone em suas intervenções.

Convido a compor a Mesa, primeiro, o Deputado João Daniel, um dos proponentes do evento — o Deputado João Daniel tem lugar na mesa, para nos fazer companhia; o Deputado Paulo Teixeira — ele está dando uma entrevista e já chegará aqui; Carla Bueno, representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida — obrigado, Carla, por aceitar o convite; Kelli Mafort, representante da Direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do MST — obrigado, Kelli; e Ubirani Otero, Gerente da Unidade Técnica de Exposição Ambiental, Ocupacional e Câncer do Instituto Nacional do Câncer, INCA. Obrigado, Ubirani.

Vamos iniciar com esta Mesa. Depois, da Mesa seguinte participam Ana Marina Martins de Lima, Secretária-Executiva do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos; Madalena Margarida da Silva, Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador, da Central Única dos Trabalhadores — CUT; e Marina Lacorte, Coordenadora da Campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace.

Cada palestrante terá 15 minutos. Após as palestras, iniciaremos os debates.

Desde já agradeço, e peço que cada convidado observe o tempo proposto para a sua exposição. Há um cronômetro à esquerda deste plenário para orientá-los nesse sentido.



Informo aos palestrantes, aos Parlamentares e aos demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública, por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados.

Os servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares no final do debate.

Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet *wi-fi* podem retirar a senha nas portarias desta Casa.

Peço ainda aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e programas desta Casa.

Neste debate, primeiro eu queria parabenizar os Deputados João Daniel, Paulo Teixeira e Valmir Assunção pela iniciativa. Tem tudo a ver fazer este debate aqui na Comissão de Meio Ambiente, em razão até da conjuntura que nós estamos vivendo. Nós já fizemos, inclusive, outros debates sobre esse tema na Comissão.

Acho que é importante ressaltar que, poucos anos atrás, houve um debate muito forte no Brasil com relação à liberação dos transgênicos. Eu lembro que, naquele momento, boa parte do discurso adotado era de que, na medida em que se ampliasse o uso de transgênicos, iria diminuir o uso de agroquímicos em geral, principalmente dos agrotóxicos. Daquele tempo para cá, o Brasil se tornou o campeão mundial de consumo de agrotóxicos.

Hoje os agrotóxicos já são a segunda principal causa de contaminação dos mananciais. Quando falo dos mananciais, falo de onde se capta água para se beber, tanto pelos seres humanos como também pelas outras formas de vida. É comum hoje termos parentes, familiares, ou amigos próximos com doenças que são causadas — as pesquisas já demonstram isso — pelo uso de agrotóxicos.

Nós temos uma legislação que, de certa forma, é avançada em relação àquilo que se avizinha, que se propõe por aí, mas temos problemas sérios do ponto de vista da fiscalização e do ponto de vista do levantamento de informações sobre os impactos dos agrotóxicos. Ainda usamos agrotóxicos que são proibidos em outros países, principalmente países do Norte — Estados Unidos, Canadá e Europa —, como também muitos agrotóxicos que já são proibidos aqui.



Por outro lado, o debate na sociedade acaba recaindo ou focando simplesmente quem manuseia o agrotóxico, quem está no campo, e há uma dificuldade muito grande de fazer com que esse debate se amplie para outros setores da sociedade. Falo de quem mora na cidade, de quem consome os alimentos contaminados, do conjunto da população brasileira.

Se nós temos uma legislação que, de certa forma, tem ou garantiria algum controle, mas tem deficiência do ponto de vista do monitoramento e da fiscalização, precisamos entender que nesta Casa uma Comissão Especial tenta jogar na lata do lixo, na verdade, aquilo que temos de ganho do ponto de vista de legislação construída, indo pelo caminho de flexibilizar mais ainda o processo de liberação de novos agrotóxicos ou dos agrotóxicos existentes para novas culturas, tirando o papel do Ministério da Saúde, da ANVISA, do ponto de vista do impacto que o agrotóxico tem para a saúde humana, e tirando o papel do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, do ponto de vista do impacto que o agrotóxico tem para o meio ambiente e para as outras formas de vida, jogando o controle na mão do mercado, para ele regular como deve ser a liberação dos agrotóxicos daqui para a frente.

Então isso tudo está em discussão nessa Comissão Especial, que querem atualizar mudando o nome “agrotóxico” para “fitossanitário”. Isso é uma coisa absurda, estarrecedora, do ponto de vista da cultura do povo, porque é muito comum o trabalhador rural, o produtor, quando verifica que há alguma praga na plantação, usar o termo “remédio”. A mudança do nome mexe com essa cultura. Também querem mexer com toda a política de rotulação. Imaginem tirar o desenho da caveira da embalagem do veneno, aonde querem ir por esse caminho! Da mesma forma foi feito com o transgênico.

Por outro lado, há nesta Casa uma alternativa, e está emperrada do ponto de vista da criação de uma Comissão Especial, que é discutir outro modelo de agricultura, que é pensar como se implementa um projeto de lei que cria a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos — PNARA, um projeto de iniciativa popular, das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais, que estão preocupados com o impacto dos agrotóxicos, projeto esse já aprovado na Comissão de Legislação Participativa.



E foi feito um esforço muito grande aqui para que a Presidência da Casa criasse também uma Comissão Especial para propiciar um debate maior, tanto aqui dentro, nesta Casa, no Congresso Nacional, como também na sociedade, a discussão de outro modelo de agricultura, não esse adotado nos últimos 30 ou 40 anos no Brasil, que fez do País o maior consumidor de agrotóxico, de agroquímico, e que provocou geração de riqueza concentrada, a expulsão dos trabalhadores do campo, levando-os para a cidade, e a contaminação do solo e da nossa espécie, entre outras.

Então, há outro projeto, que aponta para outra agricultura com uma série de políticas — vai-se reduzindo o uso do agrotóxico e ao mesmo tempo trabalhando numa outra perspectiva de agricultura.

É esse o sentido do debate. Eu acredito que é por isso, inclusive, que os convidados vêm aqui. Então eu vou passar a palavra para os Deputados Paulo Teixeira e João Daniel, requerentes da audiência. Imagino que é um pouco nessa perspectiva que nós precisamos trabalhar, e é papel desta Comissão contribuir para esse debate, para que tenhamos conservados não só o solo e os recursos hídricos como também a vida — não só a nossa espécie, mas toda forma de vida.

Parabéns, Deputado João Daniel e Deputado Paulo Teixeira, pela iniciativa!

Passo a palavra para o Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Quero cumprimentar todas e todos. Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Nilto Tatto, o Deputado João Daniel, que comigo é autor do requerimento, e os convidados, as convidadas, pois esta é uma Mesa de convidadas, é uma Mesa feminina. Estão aqui Carla Bueno, Ubirani Otero e Kelli Mafort.

Eu quero rapidamente falar sobre a minha visão acerca desse tema. Primeiro, sempre que posso e quando há disponível, eu como produtos orgânicos, porque não quero absorver veneno. Então, sempre que posso, Kelli, frequento a feira de orgânicos do MST no Parque da Água Branca. Enfim, sempre que posso, em todos os mercados a que vou, se há produto orgânico, eu compro produto orgânico.

Em segundo lugar, eu vejo que há uma disputa em torno desse tema na sociedade brasileira. Como eu acho que deveríamos resolver essa disputa hoje? Na minha opinião, nós deveríamos ver o que a comunidade científica mundial já



resolveu e quais produtos foram proibidos em outros países e, diante disso, deveríamos proibi-los aqui no Brasil. Eu acho que o Brasil é um país extremamente permissivo com esses agrotóxicos. E nós iremos buscar um caminho. Ainda que saibamos que a indústria vai atuar contra e que setores do Parlamento vão atuar contra, eu acho que deveríamos avançar na ideia de proibir alguns desses produtos, algumas dessas moléculas que já estejam proibidas no mundo.

Ora, outras comunidades científicas já fizeram estudos demonstrando que esses produtos não podem ser usados. Se não podem ser usados lá, por que podem ser usados aqui? Fará mal igualmente o consumo desses produtos.

Então eu acho que há um caminho passível de debate, que eu diria ser de natureza legislativa, capaz de construir um passo.

Eu tenho um projeto de lei que proíbe a comercialização no Brasil de 20 substâncias, 20 moléculas dessas. E gostaria de ampliar esse debate no meio científico, no meio especializado, sobre as razões que levaram a Europa e os Estados Unidos a proibirem essas substâncias e nós não. Sabidamente o uso de agrotóxico tem efeito na saúde. Na minha opinião, algumas das doenças com mais incidência no nosso cenário certamente têm a ver com o uso extensivo de agrotóxico. E, por exemplo, os Estados Unidos não têm mais abelha. Por conta de agrotóxicos, as abelhas foram assassinadas, digamos assim.

O que na minha opinião, então, nós deveríamos fazer era verificar a média do pensamento científico mundial, localizando as substâncias proibidas e as proibindo no Brasil. Essa é a minha opinião. E, também na minha opinião pessoal, o que convenceria a sociedade brasileira? A sociedade brasileira não pode permitir esses retrocessos que foram elencados aqui pelo Deputado Nilto Tatto, por exemplo, mudar o nome, passar de “agrotóxico” para “fitossanitário”, tirar o desenho da caveira da embalagem do produto. Na minha opinião deveríamos legislar no sentido de haver uma regulação mais restrita desses produtos, que influem na alimentação do povo brasileiro, e evidentemente o povo fala mais alto. Se eu estou comprando um produto legal, supostamente o Governo está fiscalizando a qualidade desse produto.

Então, eu acho que deveríamos dar um passo para a sociedade brasileira. E, desde já, gostaria de pedir uma nova audiência aqui, para a qual chamássemos a



comunidade científica para dizer que o que já é proibido no mundo, porque temos que proibir isso no Brasil igualmente. Temos de sair de um debate que, em minha opinião, está muito no campo da política, quando deveria estar no campo da saúde pública.

Assim, eu concluo defendendo esta proposta. Eu estou com um projeto de lei que gostaria que todos analisassem. E vou pedir ao meu gabinete que faça um requerimento. Quero convidar o Deputado João Daniel e o Deputado Valmir Assunção para fazermos uma nova audiência com a comunidade.

Hoje vamos ter aqui uma visão mais global do tema. Mas quero também ter essa referência do que o mundo já proibiu. Acho inconcebível que permitamos o uso, no Brasil, de produtos que já foram proibidos no mundo.

É esse o encaminhamento que eu pretendo dar do ponto de vista de replicar este debate, dar continuidade a este debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Quero registrar a presença do Deputado Amauri Teixeira.

Passo a palavra agora ao Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL** - Boa tarde a todos e todas.

Rapidamente, eu queria saudar com muito carinho o nosso Presidente da Comissão, o Deputado Nilto Tatto, que faz um grande trabalho, com sua história e compromisso, e saudar o autor verdadeiramente desse requerimento, iniciativa de que participamos juntos, que é o Deputado Paulo Teixeira, esse grande Parlamentar das causas brasileiras.

Quero saudar todos os que nos acompanham aqui no plenário e também pelas redes sociais e as nossas queridas três companheiras expositoras: a Carla, que conhecemos há muito tempo, pelo trabalho nessa grande rede nacional em defesa da agroecologia e contra a questão dos agrotóxicos; a nossa querida companheira Ubirani Otero; e a Kelli Mafort, que também vem de uma experiência de um dos movimentos mais importantes do Brasil, o MST, e de toda a rede de produção na área de agroecologia.

Eu acho que nós todos que estamos na Mesa sabemos que existe uma ofensiva muito grande do grande capital, da grande indústria no sentido da produção dos remédios farmacêuticos que curam as doenças e dos agrotóxicos. No mundo



inteiro, vários desses agrotóxicos são proibidos, e aqui existe uma liberação total. Cada dia que passa aumenta a quantidade de doenças e de problemas com a natureza.

Eu acho fundamental que nós tenhamos um debate permanente nesta Comissão e que cuidemos da legislação, do que é possível aprovar de leis. Ainda na semana passada, nosso mandato esteve, na última segunda-feira, há 8 dias, numa das regiões produtoras de mel do Estado de Sergipe, onde o debate dos produtores é sobre a quantidade de abelhas que sumiu por causa das aeronaves que pulverizam as grandes plantações de monocultura de cana. Há comunidades que produziam 10 mil, 12 mil quilos de mel por ano, mas voltaram a produzir 50 ou 100 quilos. Em alguns lugares, a produção foi dizimada completamente.

Então, não está em jogo aqui apenas a questão de gostarmos mais de produtos agroecológicos ou orgânicos. Está em jogo o futuro da humanidade, da natureza, da vida humana, dos animais.

Eu quero parabenizar o Deputado o Paulo Teixeira pela preocupação com o tema, assim como esta Comissão, na pessoa do nosso Presidente Nilto Tatto, pela preocupação permanente, e todo o fórum de movimentos, que inclui a Via Campesina e todos os defensores de um novo modelo que respeite a natureza e que produza alimentos saudáveis.

Para encerrar a minha fala, registro que nós já conhecemos experiências, tecnologias que foram desenvolvidas pela indústria nacional. Inclusive, sobre essa história de que, para fazer plantio direto, se depende de secantes, que são agrotóxicos fortíssimos, venenos perigosos, já existem implementos agrícolas, máquinas desenvolvidas pela tecnologia nacional que resolvem isso.

Então, existem várias alternativas. O que nós precisamos é colocar as universidades e os institutos federais junto com os movimentos que defendem esse novo modelo, para pesquisar, trabalhar e produzir, a fim de construirmos aquilo que é o nosso sonho e a necessidade humana do futuro, que são produtos saudáveis.

Parabéns ao Deputado Nilto, ao Deputado Paulo Teixeira, a todos os expositores, àqueles que nos acompanham aqui e também àqueles que nos acompanham pelas redes sociais no Brasil e no mundo.

Muito obrigado.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Deputado João Daniel.

Quero registrar o a presença do Deputado Adilton Sachetti.

Passo a palavra à Sra. Carla Bueno, que representa a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

**A SRA. CARLA BUENO** - Muito boa tarde a todas e a todos.

Meu nome é Carla Bueno. Eu sou representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, aqui em Brasília.

Eu queria iniciar a minha fala dizendo que é muito importante esta iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, inclusive pela composição da própria Comissão, pois podemos, neste espaço, elevar o nível do debate sobre a agricultura brasileira.

Podemos discutir agricultura numa comissão de meio ambiente é muito importante. Isso mostra que a Comissão está com uma visão ampla, uma visão boa, de que o homem, a agricultura e o ambiente precisam estar em conexão e, em alguma medida, buscando equilíbrio.

Então, quero valorizar esta iniciativa, agradecer o convite e dizer que esse é o nosso objetivo aqui. Sempre que vimos aqui, vimos para elevar o debate no sentido de saber como tanto a agricultura quanto o agronegócio podem desenvolver um modelo de produção que dê conta dos reais desafios que temos no Brasil para erradicar a fome e garantir — e aí eu gostaria de destacar — a nossa soberania alimentar. É a partir desses pressupostos, dessa leitura, desse desafio que nós nos colocamos para o debate aqui na Comissão de Meio Ambiente.

Não dá para falar de agrotóxico sem falar de agronegócio, visto que, na nossa leitura, o agrotóxico é hoje o calcanhar de aquiles do agronegócio, é a maior contradição, é o maior problema, a maior questão que o agronegócio tem para resolver, inclusive para dar as respostas que a população está pedindo, para não dizer exigindo, no atual momento.

Estamos vivendo uma conjuntura bastante complexa, em que os parâmetros democráticos estão completamente de cabeça para baixo. Mas temos mais do que provas, temos dados do que estou dizendo. Em conversas com as pessoas na rua, no ponto de ônibus, na feira livre, na universidade ou em todos os lugares,



percebemos que a preocupação com a alimentação é constante. Esse é um dado da realidade. Não há questionamento sobre isso.

Eu queria fazer um parêntese aqui para compartilhar com vocês que, hoje pela manhã, estava em processo de reavaliação — acho que está até agora — um desses produtos que o Deputado Paulo Teixeira dizia que deveria ser banido no Brasil. Por que estou colocando esse assunto aqui no meio da história? Estou fazendo isso para conectar a questão ao fato de que, para nós, os agrotóxicos devem ser eliminados da agricultura brasileira. “Ah, então vocês são muito radicais! Isso é impossível. Então, não há diálogo?” Não é assim. Nós vislumbramos a erradicação do uso dos agrotóxicos na agricultura brasileira, porém compreendemos que é necessário que desenvolvamos um projeto de transição agroecológica para a nossa agricultura. E este espaço é privilegiado para isso.

Quando eu falo “agroecológica”, quero dizer isso mesmo, sem vergonha desse termo. Inclusive, houve o Congresso Brasileiro de Agroecologia aqui em Brasília, na semana passada, que trouxe diversas experiências riquíssimas sobre o que a agroecologia é capaz de oferecer ao Brasil. Eu tenho certeza de que vão sair inúmeras publicações desse congresso. E, na comunidade científica de maneira geral, já existe muita coisa produzida sobre o tema da agroecologia.

É esse o modelo de transição que nós buscamos, e isso precisa ser feito em termos de país, em termos de nação. E ninguém deve ser excluído do debate. Nós precisamos realizar um debate democrático. Este espaço tem servido para isso também.

Para a construção de uma transição agroecológica no Brasil, é necessário que passemos a dar conta de alguns desafios que estão colocados historicamente na questão dos agrotóxicos. Vocês todos que estão aqui provavelmente são curiosos ou profissionais e, em alguma medida, estudam esse tema e conhecem a principal autora de livros e, talvez, a maior simbologia no Brasil sobre essa questão. Refiro-me a Rachel Carson, autora do livro *Primavera Silenciosa*.

Eu gosto muito de resgatar essa referência, porque ela provou nesse livro, de maneira inclusive bastante poética e incrível, que o agrotóxico DDT se acumulava no sistema adiposo das células vegetais e das células animais. Ela provou que, no processo da cadeia alimentar, havia um acúmulo de agrotóxico nos organismos. Isso



fez com que o assunto fosse debatido no Brasil. Porém ela escreveu esse livro em 1962. E vocês sabem quando o DDT foi banido no Brasil? Faço a pergunta: alguém sabe quando o DDT foi banido no Brasil? (*Pausa.*) Em 2009. Então, o debate para banimento do DDT no Brasil levou de 1962 a 2009.

Por que eu falei da reunião da ANVISA hoje de manhã? Porque a ANVISA hoje está votando, está decidindo sobre o que irá ao nosso prato no próximo mês. Ela está deliberando sobre o paraquat, que já é considerado pelos estudos da FIOCRUZ e da própria ANVISA como uma substância que pode gerar fibrose pulmonar e doença de Parkinson. A reavaliação do paraquat está em curso desde 2008, e até agora não há uma decisão, apesar de já haver inúmeros pareceres. O paraquat é proibido na União Europeia, na Noruega, na Bósnia, no Camboja, em Laos, nos Emirados Árabes, na Síria, na Coreia do Sul e na China. Mas ele é utilizado no Brasil.

Estou trazendo esse exemplo, primeiro, porque ele é conjuntural, a reunião está acontecendo hoje e é importante sabermos disso. Segundo, como os riscos são nítidos — há esses dados, há o que está colocado nos jornais, que é uma informação pública, a que todos têm acesso —, é inadmissível que ainda reste dúvida sobre a necessidade de banimento dessa substância em específico.

Eu queria aqui, junto com o Deputado Paulo Teixeira, o Deputado Nilto Tatto, o Deputado João Daniel e todos os que, de alguma forma, lutam contra a redução dos agrotóxicos no Brasil, assumir o compromisso pelo banimento dessas substâncias. Dos 50 ingredientes ativos mais utilizados no Brasil, 22 são banidos em outros países, a exemplo do paraquat. Essa é uma bandeira histórica de luta da Campanha, desde 2009, quando nós nos colocamos na sociedade. Essa é uma bandeira que perseguimos, então, é importante e que nós nos “conjunturemos” sobre o que está acontecendo agora.

Para seguir, vamos abrir o debate sobre o que é mais importante, como já foi colocado aqui pelo Deputado Nilto Tatto: a questão específica da nossa legislação.

Na nossa leitura, o marco regulatório dos agrotóxicos, a Lei nº 7.802 e os decretos todos, foi inclusive uma conquista da década de 80. A Lei foi regulamentada em 1989, então, é mais um item da Constituição Federal que nós reivindicamos como uma conquista da classe trabalhadora, da sociedade brasileira,



a qual está ameaçada, como ocorre com várias outras neste momento que estamos vivendo. Nós não temos problema nenhum em utilizá-la dessa forma para analisar a conjuntura. Mas, após o golpe político no Brasil, a maioria das conquistas da nossa Constituição da década de 1988 estão sob ameaça, e quanto aos agrotóxicos não é diferente.

O Deputado já contextualizou bastante a nossa luta aqui dentro do Congresso Nacional e da Câmara, sobre a Comissão Especial. A possibilidade de tramitação da política nacional de redução de agrotóxicos nesta Casa só foi possível pela unidade das organizações da sociedade civil na construção, no governo anterior, do que chamamos de Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Só foi possível termos essa ferramenta aqui hoje porque muita gente sentou, com perdão do termo, a bunda na cadeira, para pensar um programa de redução de agrotóxicos.

Isso é um acúmulo muito importante da classe trabalhadora no período anterior, o qual foi engavetado ainda no período do Governo Dilma, por resistência dos ruralistas. Porém, pós-golpe, ele não só está engavetado como está trancafiado.

Quanto ao Programa mesmo, no âmbito do Governo Federal, estamos identificando que ele está cada vez mais distante da nossa realidade. Mas, aqui dentro desta Casa, onde existe uma representação de setores da agricultura bastante forte, nós entendemos que é o momento de fazermos um debate democrático em torno do que queremos para a agricultura no Brasil.

Vou contextualizar rapidamente um pouco sobre os interesses que estão ligados nesse contexto, porque, como foi colocado aqui também pelos Deputados, nós estamos vivendo um momento de disputa em relação ao tema, disputa esta que está diretamente ligada a interesses econômicos bastante claros.

Hoje, no Brasil, 75% de tudo que é utilizado na agricultura vão para as *commodities* soja, cana, milho e algodão. Especialmente essas quatro culturas recebem 75% dos agrotóxicos que consumimos. Isso torna a cadeia produtiva, inclusive do próprio agronegócio, dos próprios grandes produtores, bastante dependente do agrotóxico. Por exemplo, o sojicultor do Centro-Oeste gasta cerca de 30% do custo de produção com veneno. Nós podemos depois compartilhar as fontes dos dados direitinho, mas temos certeza de que isso não é interessante nem para o



agricultor familiar nem para o agricultor que tem acesso a grandes extensões de terra. Esse é um custo elevado.

Então, nós entendemos que mudar o paradigma da agricultura e produzir uma agricultura com menos ou sem veneno é também libertador para os agricultores como um todo no Brasil. É nesse espírito que pensamos.

Mas, então, de quem é o interesse? Alguém tem interesse em tudo isso. Na nossa visão, o interesse está muito ligado à indústria química. Hoje, para vocês terem uma ideia, 66% dos agrotóxicos que o Brasil compra vêm de quatro grandes empresas, que estão se fundindo ao longo do tempo: há 2 anos, elas eram seis, agora elas são quatro. Quais são essas quatro? A Monsanto e a Bayer, que se fundiram desde o ano passado, a BASF, a Dupont e a Syngenta. Mais de 60%, então, para arredondar o dado, do que nós consumimos vêm dessas indústrias, que são indústrias de capital internacional, não são indústrias de capital nacional. Isso é importante.

O grande interesse em manter uma agricultura dependente de um insumo tão caro, tão ameaçador e tão contaminador, que impacta tanto a sociedade, o meio ambiente e a saúde, tem, sim, um interesse bastante poderoso por trás, que é, na nossa leitura, bastante ligado a essas indústrias químicas que citei aqui. Elas são as grandes referências, pois é claro que esse mercado é muito amplo. Mas, de qualquer forma, ele é muito poderoso.

Como já estou encerrando o meu tempo, gostaria de dizer que essa nossa luta pela redução do uso dos agrotóxicos no Brasil é um marco, assim como termos a possibilidade de fazer o debate aqui neste espaço, com a Comissão Especial.

Nós estamos pedindo, para esta semana, uma audiência com o Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, para cobrarmos novamente a Comissão Especial que ele está responsável por implementar desde outubro do ano passado, quando nós fizemos aqui um ato público, democrático também, em defesa da alimentação saudável e propusermos a plenária como esse instrumento.

Eu gostaria também de dizer que, na sexta-feira, aqui em Brasília, nós vamos receber uma pessoa que se chama Nicholas Vital. Não sei se alguém já viu as divulgações sobre isso, mas ele escreveu um livro chamado *Agradeça aos Agrotóxicos por Estar Vivo*. Obviamente queremos dialogar sobre isso e,



provavelmente, vamos ao lançamento do livro, que vai acontecer na CNA, na sexta-feira.

Estou divulgando isso para ele, para que possamos desenvolver conjuntamente um diálogo e dizer, de alguma forma, o que pensamos. Enfim, nós da Campanha temos a disposição de construir esse diálogo.

Mais uma vez, quero agradecer o convite da Comissão de Meio Ambiente e ao Deputado Nilto Tatto.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Carla. (*Palmas.*)

Passo agora a palavra para a Sra. Kelli Mafort, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST.

**A SRA. KELLI MAFORT** - Boa tarde a todas e a todos.

Quero agradecer o convite, em especial, ao Deputado João Daniel, profundo conhecedor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Também quero cumprimentar o Deputado Nilto Tatto, o Deputado Paulo Teixeira, a Carla Bueno, da Campanha contra os Agrotóxicos, e também a Ubirani Otero, nossa colega de Mesa.

O posicionamento político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Via Campesina em relação a esse tema é no sentido de que, de fato, consigamos construir uma agricultura que seja menos dependente de insumos, uma agricultura livre de agrotóxicos, livre de transgênicos.

Entendemos que espaços como este trabalho desta Comissão são bastante importantes para construirmos uma mediação entre a posição, justificável, de movimentos sociais, a opinião da sociedade e o que tem ocorrido no Brasil.

Esse tema de agrotóxicos está ligado a um tipo de agricultura que, na história da humanidade, é relativamente nova. Estamos falando de um tipo de agricultura artificial que tem 50 ou 60 anos, de resíduos de guerra utilizados na agricultura, que são os agrotóxicos. Agora é chegado o momento de a sociedade fazer um balanço: passados 50 ou 60 anos do uso desses resíduos de guerra na agricultura, o que vamos fazer em relação a isso?

A agricultura artificial consome 80% da água no mundo, o que não me parece muito racional nem no aspecto econômico. E, se formos pensar nos impactos,



veremos que são muitos os impactos para os bens naturais e para a saúde humana que poderíamos aqui elencar.

Um dos argumentos muito utilizados pelos movimentos que lutam em defesa dos agrotóxicos é no sentido de que, de fato, é preciso alimentar o mundo. O argumento da produtividade, o argumento econômico é muito utilizado.

Mas, se formos pensar num período bastante recente — o século passado —, quando o Brasil era um dos maiores exportadores de café, que esteve entre as nossas maiores as *commodities*, veremos que, então, não havia tantos agrotóxicos, não havia o *boom* dos agrotóxicos. Como aquele café do Brasil era exportado em tanta quantidade? Temos que pensar no que dava força para esse *boom* da exportação dos cafés? Com certeza, vamos chegar ao solo de floresta, uma floresta que foi derrubada e que precisa ser recuperada.

Então, hoje, no debate atual, precisamos fazer uma discussão sobre o que os agrotóxicos representam para a natureza, para a humanidade e para a nossa saúde e se, de fato, queremos continuar com essas escolhas. Nessa discussão, não podem estar presentes somente as empresas, nessa discussão, a sociedade tem que ser a principal convocada a tomar posição, porque aqui estamos falando de dados bastante alarmantes.

Depois a Ubirani vai nos trazer as informações. Mas são 600 mil novos casos de câncer a cada ano. Estamos falando que 85% das causas de câncer têm a ver com fatores ambientais, e que apenas 15% são fatores genéticos. São dados científicos que evidenciam o que estamos dizendo.

Por isso, é muito importante que nós façamos uma reflexão bastante séria e comprometida. Muitas vezes, na política, nós ficamos com posturas muito rígidas, mas é preciso, necessário e urgente que nós conversemos sobre a saúde humana e sobre o futuro da humanidade.

Eu gostaria de fazer uma fala bem abreviada porque queria que assistíssemos a um rápido vídeo aqui, sobre o trecho de um filme que se chama *Fonte da Juventude* e que tem como Diretor o Estevão Ciavatta. Esse filme está disponível numa plataforma que se chama Videocamp.

Após assistirem ao vídeo, muitas pessoas vão achar: “*Nossa, uma pessoa do MST está trazendo alguns exemplos, inclusive de um grande produtor rural!*” Eu não



quero fazer aqui nenhuma apologia à grande produção. Mas registro que, nesse vídeo, nós vamos ver duas experiências: uma produção de cana orgânica de um grande produtor; e uma produção de assentamento de reforma agrária. As duas são da região de Ribeirão Preto.

Espero que vocês aproveitem o vídeo.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Kelli. É uma bela demonstração desta ideia, formulada por alguém um dia, de que produtividade e produção de larga escala dependem do agroquímico, do agrotóxico. Também há vários outros exemplos de onde inclusive se encontra a maior produtividade. Setores da agricultura brasileira precisavam até entender isso porque a grande agricultura é muito importante na balança comercial, e os países que importam de nós poderão parar de fazer isso e importar de outros países que estão em processo de redução dos agrotóxicos.

Passo a palavra agora à Sra. Ubirani Otero, do Instituto Nacional de Câncer — INCA.

**A SRA. UBIRANI OTERO** - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputados.

Eu fico muito feliz, muito satisfeita por a Câmara está discutindo este assunto que, para nós, para a saúde, é muito importante. Estou muito satisfeita hoje de ouvir da boca dos senhores um discurso de saúde pública que nos encanta.

Eu estou aqui também com as minhas companheiras da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. O Instituto Nacional de Câncer — INCA trabalha em parceria com o pessoal da Campanha e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST. É uma grande satisfação.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu estou representando o Instituto Nacional de Câncer, especificamente a Unidade Técnica de Exposição Ocupacional, Ambiental e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância.

Vou falar rapidamente porque já vi que o tempo aqui é observado à risca.

No ano de 2012, houve 14 milhões de casos de câncer no mundo, com o total de 8,2 milhões de mortes por câncer. Essa é a magnitude, a relevância do câncer no cenário mundial.





Estima-se para o ano de 2030 um aumento no número de casos novos, atingindo quase 22 milhões de indivíduos, com 13,2 milhões de mortes. Os maiores aumentos ocorrerão nos países da África, Ásia e América Latina, onde o Brasil está situado, um país em desenvolvimento. No Brasil, como Kelli Mafort já citou, prevemos praticamente 600 mil novos casos por ano.

Como já disse, o câncer é um problema relevante de saúde pública, é a segunda causa de óbito no Brasil. Estimamos um número de óbitos em mulheres um pouco maior do que o número de casos em homens.

O câncer de pele não melanoma, apesar de não estar nessa estatística, para nós é relevante, principalmente porque estamos falando de agricultura, visto que o agricultor fica muito exposto ao sol. Então, esse é um câncer de pele importante para os nossos trabalhadores rurais.

Eu trouxe essa figura que mostra a estimativa para 2016 dividida por sexos. Quais são os tipos de câncer mais incidentes em homens e em mulheres? Em homens, eu cito o câncer de próstata, de pulmão, de cólon e reto, de estômago, de cavidade oral, de bexiga, do sistema nervoso central e leucemias. Eu pulei alguns, mas depois vou citá-los.

Em mulheres, os tipos mais incidentes são câncer de mama, de pulmão — já é o quarto tipo em mulheres —, de estômago, de sistema nervoso central e linfoma não Hodgkin. Os senhores guardem esses tipos porque alguns deles eu vou repetir daqui a pouco.

Quais são as causas do câncer? Como Kelli bem disse, as questões ambientais respondem por 80% a 85% das causas de câncer; os fatores genéticos respondem por 15% a 20%. Em alguns textos, esse percentual é bem menor.

Quais os fatores de risco para o câncer? São eles: o tabagismo, o álcool, a dieta, algumas infecções, a obesidade, as mutações genéticas, os agentes químicos, em que se incluem os agrotóxicos, a radiação solar, a luz ultravioleta e a radiação ionizante. É claro que esses fatores não ocorrem de forma isolada. Câncer é multicausal. Então, a pessoa que fuma e está exposta a qualquer um desses outros agentes muitas vezes tem o risco aumentado sinergicamente, ele é multiplicativo.

Vamos falar especificamente dos agrotóxicos.



Eu cortei alguns eslaides, porque achei que Luiz Cláudio estaria aqui falando dos agrotóxicos, mas vou pular logo para a questão da toxicidade aguda e a toxicidade crônica.

Hoje existem diferentes classificações de agrotóxicos, referentes aos grupos a que pertencem: organoclorados, organofosforados, carbamatos.

Os agrotóxicos são classificados de acordo com o controle da praga a que se destinam: inseticidas, herbicida, raticidas.

Os agrotóxicos também são classificados quanto à toxicidade aguda: extremamente tóxicos, altamente tóxicos, moderadamente tóxicos e pouco tóxicos. Só que essa é uma avaliação por ingrediente ativo. Não existe uma classificação quanto à mistura que se utiliza no campo. O agricultor, na maioria das vezes, faz uma calda com a mistura desses ingredientes ativos, mas não sabemos ao certo o efeito disso. Depois eu vou contar para os senhores parte desses efeitos.

Os efeitos agudos geralmente ocorrem após uma exposição única a uma substância química, geralmente em doses elevadas e após exposição ocupacional ou envenenamento.

O trabalhador do campo aplica a calda, e, geralmente no mesmo dia, ele começa a observar os sintomas. O que ele observa? Irritação de pele e olhos, coceira, cólicas, vômitos, diarreias, espasmos, dificuldades respiratórias, convulsões e em alguns casos mesmo a morte, devido à concentração e à exposição.

Costumamos dizer que a toxicidade aguda é só a pontinha do *iceberg*, é aquilo que vemos de imediato. No serviço de saúde, quando o paciente chega manifestando aqueles sintomas, muitas vezes o médico os confunde com intoxicação alimentar. E às vezes isso nem sequer é notificado.

Existem outros efeitos que levam mais tempo, a partir do momento em que a pessoa foi exposta ao agrotóxico. Podemos citar: neurotoxicidade; toxicidade reprodutiva, que são os efeitos sobre a fertilidade tanto masculina como feminina; efeito sobre o desenvolvimento; teratogenicidade, que nós vamos observar nos estudos que eu trouxe; desregulação endócrina, que está associada a alguns tipos de câncer; imunotoxicidade, que é a baixa da imunidade, que deixa o indivíduo suscetível a outras doenças; e mutação.



Nós ainda temos poucos estudos no Brasil, mas há muitos lá fora sobre a associação entre agrotóxicos e câncer. Já se sabe que muitos têm efeitos mutagênicos, porque trabalham no início do desenvolvimento do tumor. Muitos desses estudos já estão publicados.

O câncer é uma doença crônica que exige muitas vezes um longo período de latência, ou seja, desde a exposição até o surgimento dos tumores. E às vezes isso dificulta estabelecer de pronto uma associação.

O que dizem os estudos científicos? Hoje, nós temos grandes coortes internacionais, que são estudos de acompanhamento, de seguimento. Então, acompanha-se por um determinado tempo, que geralmente tem que ser longo, até que os primeiros casos de câncer surjam numa população específica. Nós temos o Agricultural Health Study, que levantou os seus dados e encontrou associação com o linfoma não Hodgkin, o câncer de mama, o câncer de próstata e o câncer de cérebro. É espantoso, porque o discurso era sempre de que não existiam evidências de associação. Hoje, já estão sendo encontradas, levantadas e publicadas essas evidências de estudo de coorte, que são estudos de associação.

Nós também temos a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer, que já está levantando alguns agrotóxicos que conhecemos e utilizamos como associados ao câncer, baseado em alguns desses estudos internacionais e nacionais. No mundo inteiro, qualquer estudo epidemiológico que tenha qualidade é avaliado por essa agência, que classifica o potencial cancerígeno desses agrotóxicos.

Os classificados no grupo 1 são aqueles cânceres em seres humanos em que não temos dúvidas da associação entre esses agrotóxicos e o câncer. A maioria dos que nós temos hoje estão classificados no grupo 2A e 2B como prováveis ou possíveis de estarem associados ao câncer. Dentre eles, vemos o glifosato para linfoma não Hodgkin. A diazinona e a malationa, inclusive, são utilizadas para controle de pragas urbanas, dengue, zika e *chikungunya*. Então, estão associados à leucemia, câncer de pulmão, linfoma não Hodgkin, e a malationa ao linfoma não Hodgkin e ao câncer de próstata. Recentemente, a nova monografia da International Agency for Research on Cancer — IARC associa o 2-4D ao linfoma não Hodgkin e à leucemia.



Aqui, vemos algumas culturas em que são utilizados os agrotóxicos de que eu falei.

Quanto à malationa, apesar das campanhas de saúde pública, há uma série de culturas que se utilizam dela. Assim ocorre também com a diazinona.

Ali estão os estudos. Depois, se alguém quiser consultá-los, posso disponibilizar essa apresentação.

Da mesma forma ocorre com o glifosato e o 2-4D.

Temos aqui um dos estudos publicados em 2013. É um estudo importante. Ele não é tão recente, mas está válido. O grupo continua estudando essas questões. Fala sobre as tendências de agravos crônicos à saúde associados a agrotóxicos em regiões de fruticultura no Ceará, Brasil.

Essas são as tendências de taxas de alguns agravos. Eu peguei dois que dizem respeito ao câncer: as internações por neoplasias e os óbitos por neoplasias.

A linha de cima representa os Municípios onde se utilizava número elevado de agrotóxicos. E ela colocou os outros Municípios como “controle”, pois é o grupo que utilizava menos agrotóxicos.

Os senhores podem ver que, tanto no gráfico A como no gráfico B, há uma reta mais ascendente, superior. Essa linha de cima reflete uma ascendente, no decorrer dos anos, com tendência de aumento tanto das internações quanto do número de óbitos por câncer.

Esse aqui é o mesmo estudo que fala da razão de taxas. Nos Municípios em estudo, internações por neoplasia apontam taxa de 1,76, quer dizer, 76% a mais de internações por câncer do que no Município controle.

Abaixo estão representados os óbitos por neoplasias. Houve 38% a mais de chances de ter câncer nos Municípios que utilizavam mais agrotóxicos, quando comparados ao Município controle.

Esse é outro estudo de mortalidade por câncer de cérebro. Eu disse aos senhores que esse é um tipo de câncer dentre os dez que mais ocorrem no Brasil.

Esse estudo foi feito no Rio de Janeiro. Fez-se uma comparação entre Municípios da região serrana e Municípios da região metropolitana. Na linha pontilhada estão representados os Municípios da região serrana, onde se utiliza muito agrotóxico. O consumo de agrotóxicos na região serrana equivale a 50% do



que se utiliza em todo o Estado de São Paulo, para os senhores terem uma ideia.

Ali está a mortalidade por câncer de cérebro, que é muito maior nos Municípios onde se utiliza muito agrotóxico.

Esse mesmo grupo de pesquisadores calculou também o risco relativo e o efeito de corte. O que é o efeito de corte? É uma estatística que leva em consideração o ano de nascimento do indivíduo. Eles perceberam um risco relativo quatro vezes maior em relação à região metropolitana nas cortes mais recentes.

Isso pode indicar a exposição de indivíduos jovens e a exposição de crianças ainda no período intrauterino. Nós já temos vários estudos que falam sobre essa questão da exposição materna a agrotóxicos e a associação com câncer de cérebro. Uma das hipóteses desse estudo é justamente a exposição intrauterina e na infância.

Esse é outro estudo de mortalidade também por câncer de estômago entre agricultores e não agricultores. Foi uma pesquisa feita no Estado do Rio de Janeiro, que também encontrou *odds* desajustadas, algo 42% maior.

O que o INCA tem feito em relação a isso? Publicamos nosso posicionamento acerca dos agrotóxicos em 2015. Nós estamos discutindo a preparação da segunda parte, uma atualização desse posicionamento. Nele consta toda a nossa discussão a respeito dos efeitos à saúde com o uso dos agrotóxicos — efeitos agudos e, principalmente, efeitos crônicos. A recomendação do INCA é a substituição gradativa e sustentada do uso de agrotóxicos e o apoio, o estímulo à agroecologia. É nisto que o INCA acredita: na redução de forma gradual, mas que ela exista de fato.

Esperamos que, em breve, possamos ter substituído de vez esses produtos químicos que tanto mal fazem à saúde e ao nosso meio.

Também colaboramos com a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, e, quanto a essa questão, os agrotóxicos também constam do Plano.

Nos inquéritos temos realizados alguns estudos populacionais, pois vemos a carência em nosso País de estudos com relação a esse tema. Nós nos preocupamos com isso.



E o primeiro estudo que trago é específico, para estimar a prevalência de câncer de pele e lesões precursoras em residentes em Municípios agricultores, onde se plantava o tabaco, mas onde também existiam outros cultivos.

Percebemos *odds*, dependendo dos ramos de trabalho. Quem trabalhava na agricultura ou na pecuária tinha uma chance duas vezes maior de ter lesões precursoras do câncer de pele.

Outro estudo que estamos terminando — já está analisado e em etapa de elaboração — diz respeito à exposição a agrotóxicos não arsenicais e câncer de pele. Encontramos uma indicação bastante forte e significativa. Em breve vamos apresentá-lo.

Esse outro estudo foi feito em um Município do Sul, em Dom Feliciano. Ele trata da exposição a agrotóxicos e desordens mentais na população rural do sul do Brasil. Não é especificamente sobre câncer, mas encontramos uma associação entre o uso de piretroide — que é um produto de que Carla falou —, que está sendo avaliado hoje pela ANVISA, e a depressão, principalmente a autorrelatada.

Os senhores podem ver ali embaixo que, com a exposição a piretroides, há uma chance quase duas vezes maior de os produtores apresentarem depressão autorrelatada, em comparação com os que não usavam esse produto. A mesma coisa ocorre com a associação entre álcool alifático e depressão autorrelatada. E em relação aos piretroides, vê-se até uma chance maior, quando se aplica um questionário específico, o SRQ-20, que é para transtornos mentais.

Nós estamos desenvolvendo, neste momento, outro projeto de investigação dos efeitos tóxicos sobre a saúde dos trabalhadores no Município de Casimiro de Abreu, no Rio de Janeiro. Queremos caracterizar a população estudada quanto à exposição a agrotóxicos, mas também investigar a associação a doenças, porque faltam tais estudos em nosso País. Queremos investigar as associações entre o aparecimento dos efeitos genotóxicos e os agravos crônicos decorrentes da exposição aos agrotóxicos na população em estudo.

Isso está em desenvolvimento agora. Estamos coletando o sangue dos participantes para que possamos, em breve, apresentar esses resultados.

Queremos avaliar esses efeitos genotóxicos, o problema de mutações de DNA. E, em breve, mostraremos esse resultado.



Também temos coordenado um trabalho na Rede Nacional de Pesquisa e Ação sobre os Perigos dos Agrotóxicos. Começamos a montá-la em 2015. A Rede está um pouco incipiente. Estamos com problemas de financiamento, mas temos trocado *e-mails*, trocado materiais e documentos, e queremos fortalecer essa Rede.

Lançamos, no Dia Mundial do Meio Ambiente, em junho, a exposição fotográfica itinerante sobre agroecologia. Trata-se de um estímulo. O que desejamos dizer ao agricultor é que existem alternativas viáveis ao uso de agrotóxicos.

Apresentamos uma série de agricultores que já substituíram o uso de agrotóxicos por alternativas agroecológicas. E estamos mostrando isso no Brasil inteiro. Portanto, se alguém aqui tiver interesse em saber quais os Municípios que trabalham dessa maneira, está disponível essa informação. O pessoal da campanha já as tem utilizado. É outra frente nossa.

É isso, gente! Eu tentei falar o mais rápido que pude. Temos outras iniciativas. Quem quiser, depois pode me procurar, porque eu posso comentar.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Ubirani Otero.

Convido, agora, Ubirani Otero, Kelli Mafort e Carla Bueno a ocuparem esta primeira fileira, para que montemos a próxima Mesa.

Para a próxima Mesa, convido Ana Marina Martins de Lima, que é Secretária Executiva do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos e Coordenadora da Comissão Temática de Meio Ambiente e Agroecologia.

Obrigado, Ana Marina, por ter aceitado o convite.

Convido, também, Madalena Margarida da Silva, Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador, da Central Única dos Trabalhadores.

Também agradeço a Madalena.

E convido Marina Lacorte, Coordenadora da Campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace. (*Pausa.*)

Quero registrar a presença do Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará.

Concedo a palavra a Ana Marina Martins de Lima, que terá o tempo de 15 minutos.



**A SRA. ANA MARINA MARTINS DE LIMA** - Boa tarde!

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Como o Deputado disse, sou Ana Marina, Secretária Executiva e Coordenadora da CT. O Coordenador é Gabriel Lino de Paula Pires, que é Promotor de Justiça do GAEMA.

Sou representante da sociedade civil no Fórum e dou uma contribuição voluntária aos Projetos Qualidade da Água e Conexão Água, também do Ministério Público Federal. Participo do Ambiente do Meio, que é um *site* que trata do assunto de saúde e faço parte do Fórum Paulista.

O Fórum Paulista nasceu justamente da audiência pública *Exposição aos Agrotóxicos e Gravames à Saúde e ao Meio Ambiente*, realizada no dia 30 de agosto de 2016, por meio do Defensor Público Marcelo Novais e do Promotor Gabriel Lino de Paula, que nos propiciaram esse trabalho, juntamente com o interesse da sociedade e do Ministério Público Federal e outros colaboradores.

A estrutura organizacional tem a seguinte composição: Coordenação-Geral, Coordenação Ampliada, Secretaria-Executiva, Comissões Temáticas — Saúde, Consumidor e Meio Ambiente.

O Fórum é regido pelos princípios: da prevenção e da precaução, da responsabilidade socioambiental, da função social da propriedade, da proteção da saúde do trabalhador, da participação e do controle social, da integração e mútua colaboração entre as entidades e da transparência na produção de informações.

Esse é o fluxograma operacional do trabalho.

Trabalhos realizados até agora: temos alguns processos na parte judicial que foram resultado de denúncias; também temos sugestões e contribuições de melhorias em políticas públicas, que é nosso papel; a parte de pesquisa socioambiental; uma comunicação aberta, tudo o que produzimos nós procuramos doar à sociedade, a apresentação está disponível; participamos de eventos, audiências públicas e consultas públicas; houve a criação do Grupo de Trabalho no Ministério Público do Estado de São Paulo pós-criação do Fórum; e temos a participação de membros de conselhos de classes.





Essa parte foi uma moção que fizemos de repúdio ao projeto de lei que trata dos agrotóxicos. E eu destaco que o art. 5º, cujo texto diz que, a partir do momento em que se detecta o perigo, qualquer pessoa pode fazer a denúncia.

As nossas bandeiras são: o controle e a restrição de pulverização aérea. Por que está em amarelo? Porque estamos revendo a questão. E há controle por quê? A pulverização aérea é tão ruim que deveríamos bani-la, na verdade, e não haver o controle.

Outras bandeiras são: criação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos em áreas ambientalmente estratégicas; banimento dos produtos já banidos em outros países; discussão sobre a eliminação de desoneração fiscal concedida ao segmento de produção e comercialização de agrotóxicos, tanto no âmbito federal como no âmbito estadual.

Esse quadro mostra o impacto dos agrotóxicos e transgênicos no meio ambiente e sociedade.

Há evidências de pulverização sobre áreas de preservação ambiental e áreas de habitação, escolas e apiários; evidências de não respeito às normas e orientações técnicas de aplicação do produto; danos econômicos, ambientais e sociais como consequências; ausência de atualização de dados epidemiológicos e assistência dirigida à saúde da população impactada.

São alguns exemplos do que nós estamos perdendo de bioatividade no Estado de São Paulo.

Nessa imagem temos o trabalho do Promotor Gabriel Lino. Ele fez um trabalho no Pontal. Com relação à parte de aplicação, nós vemos como é esse controle de qualidade da aplicação. Há contaminação total do solo também, e eles não respeitam nem as condições climáticas, aplicam em horários indevidos.

Essa outra imagem é de Wanderlei Pignati, um médico que nos acompanha nessa luta. Trata-se de um exemplo bem prático do que acontece com a deriva.

O que é deriva? Quando o avião passa, ele joga o produto. Se há uma complicação climática, por exemplo, e é o que está acontecendo, não adianta dizer que os registros do avião estão apontando isso, porque ele pode estar espalhando esse agrotóxico, esse produto, em lugares não adequados, resultando em toda essa complexidade.



Temos aqui um exemplo de estratégia publicitária. Vemos a criação de um selo de qualidade agrícola, com o apoio de universidades federais, inclusive.

Temos, nesse outro quadro, o relatório de atividades de 3 anos. E nós vemos como eles fazem o relatório, à caneta, com muita informação.

Observem esses outros relatórios. Todos são de produtos muito tóxicos e aplicados no Estado de São Paulo.

Eu coloquei esse exemplo na audiência pública de Americana, da qual nós participamos, em relação à parte da saúde do piloto, que também é comprometida.

Sobre a questão da publicidade, estamos deixando bem claro que não apoiamos o grupo A.B.E.L.H.A. Nós temos parceria com o S.O.S. Abelhas sem Ferrão, que faz parte do nosso grupo técnico, do CETEM Ambiental. Esse grupo A.B.E.L.H.A. tem parceria, inclusive, com as empresas que fabricam os produtos, e também há pesquisadores de universidades públicas que os apoiam.

Temos, nessa imagem, alguns exemplos em relação à ONU, que é utilizada em publicidade, como instrumento de ferramenta publicitária pelas empresas.

Olhem quem é o coordenador. Conhecem o nome? Olhem o último. Todos eles estão na lista negra, estão sendo investigados.

Vejam mais um exemplo: eles vibram com a questão do CONAR e também usam estudantes para publicidade. Essa foi uma reportagem feita para o Ambiente do Meio.

Em relação aos produtos, o que esses eles, com suas referências, causam? Nós temos tudo isso comprovado cientificamente.

Eu me pergunto: por que fazemos pesquisas em vez de fazermos ação? Ação é o quê? Ação é a lei.

A aplicação de agrotóxicos é uma prática que se consolidou mundialmente, merecendo destaque a participação do Brasil neste cenário, País que em 2008 tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

O Ministério da Saúde lançou recentemente relatório que aponta para o período de 2007 a 2014. São Paulo foi o Estado que teve o maior número de casos notificados de intoxicação por agrotóxico. Os outros não notificam, com certeza.

Temos esses casos de contaminação aguda. A palestrante de hoje explicou muito bem essa questão da intoxicação, então vou pular este eslaide.



Há várias espécies de câncer não registradas.

São registrados mais de 2 mil componentes, 674 produtos técnicos, segundo a ANVISA. A ANVISA produz muito. Nossa! Ela faz esse “favor” para nós. Ela é muito rápida na hora de aprovar.

Os organofosforados também têm toda a parte química. Eu não vou me aprofundar aqui para os senhores porque fica muito complexo.

Estão aí a produção agrícola, tudo o que polui e tudo o que é usado em termos de agrotóxico para poder manter a nossa exportação.

Vamos focar bem que isso não vem para a alimentação diária dos brasileiros. Muito disso vai para fora do País. Há o risco, inclusive, de não ser mais utilizado até no mercado europeu, porque não temos controle. Nossos padrões estão acima. Se eles fizerem exame direitinho, vão encontrar, com certeza, índices muito acima dos limites.

Esse é mais um exemplo citado na nossa audiência pública. Aí está como a maioria dos produtos foi usada durante anos.

Olhem os produtos que nós usamos e o que eles causam. Olhem o uso desses produtos de uso agrícola permitido no Brasil. Eles são mutagênicos e genotóxicos — ponto.

Este é mais um exemplo do que nós usamos. Isso é proibido na União Europeia, e nós usamos aqui.

Eu achei bem interessante esse quadro, porque ele já diz tudo. Olhem quantos trabalhos existem! E continuamos usando glifosato.

Há gente que diz que não há esse produto na cana-de-açúcar. Eu tive acesso a alguns processos. Há uso de glifosato no cultivo da cana-de-açúcar, sim! Ele é utilizado, sim, para pulverização aérea em cana-de-açúcar.

Lá fora também há problema com agrotóxico. Nos Estados Unidos, eles estão utilizando o que não é para ser usado.

Temos aí mais números. Eu não sou muito fã de números porque não gravo. Então não gosto muito de falar dos números. Gosto mais de falar da parte qualitativa, o que esses produtos realmente ocasionam para nós.

Em São Paulo, olhem a cana-de-açúcar. Nossa! Que “maravilha”!



Essa é a parte de recarga do Aquífero Guarani. Olhando para o mapa anterior, lembramos que há muita plantação por aí e muita poluição. Está em risco, com certeza, o nosso maior bem.

Este é um trabalho do Governo paulista para ajudar os plantadores, o pessoal do setor sucroalcooleiro e o pessoal que produz a cana-de-açúcar. Vemos que há regiões onde não devia nem haver essas plantações. Eles mesmos não as indicam no trabalho deles, mas há.

Essas regiões não têm fatores, tanto de solo quanto de clima, favoráveis para plantação, e nelas também há áreas de preservação ambiental.

Esse é um quadro que exemplifica o que acontece no meio ambiente.

Olhem lá os produtos de novo! E nós usamos aquele produtozinho, que foi denunciado e estava nos ovos. Passam algumas semanas, e eles investem em propaganda para consumirmos ovos aqui no Brasil — é interessante.

Vejam os gases liberados no ar! Por que se usa esse produto, já que o fabricante diz que ele pode contaminar o ar? Joga-se no ar. Olhem que coisa mais “magnífica”, joga-se no ar!

Sobre os efeitos e sintomas crônicos não é necessário falar, a oradora explicou muito bem todos eles.

Esse são exemplos de artigos científicos, uma série deles, que comprovam que pode haver linfoma em trabalhadores. O quadro anterior está falando justamente dos assentamentos do MST. Isso é só para termos uma noção do que já existe publicado.

O que é isso? É uma ficha química do produto. Ela mesma já diz que pode contaminar corpos d’água, e o lançamos de cima.

Este produto também é utilizado na cana-de-açúcar, é recente até, e a ficha técnica dele também diz que não se pode utilizar no meio ambiente. Aí é a mesma coisa. Olhem lá: corpos d’água. Continua a mesma coisa.

Apresentamos também trabalhos internacionais.

Neste, recentemente, foi encontrado em algumas frutas, os senhores vão ver mais à frente, talvez haja publicação. Não vou divulgar agora, porque ainda não é dado oficial.



Essa imagem mostra o glifosato em células. Quando falamos em células, estamos nos preocupando com os seres humanos, mas temos que ver também a quantidade de mamíferos mortos, de primatas que encontramos por aí. A morte deles não está necessariamente ligada à febre amarela. Só que, como não pesquisamos, não dá para comprovar, e pode ser o agrotóxico.

Quanto à eficácia e ao PH de caldas de glifosato, eles veem isso, mas, de repente, o indivíduo fala assim: *“Fica melhor se você colocar um pouco mais de amônia”*. Boa, não é? A amônia “nem é tóxica”, “não faz mal nenhum para o pulmão”.

Esse é outro trabalho científico.

O pessoal que compõe a Mesa está admirado, assim como o pessoal de apoio, mas é isso mesmo que acontece com o uso de herbicidas.

O Projeto de Lei nº 740, de 2003, está parado em algum lugar — vamos acordar! Com relação ao Projeto de Lei nº 1.014, de 2015, que fala de pulverização aérea de agrotóxico, é a mesma coisa. Vamos acordar, gente! Olhe a Casa! Vamos ver nas gavetas o que há. Já existe um PL que proíbe a pulverização aérea no País, pronto.

O Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2015, pede permissão para a pulverização aérea.

Esse foi um projeto de lei de São Paulo, barrado.

Vemos agora uma lista de empresas. É o que enfrentamos. Olhem lá quantas páginas! É oficial. Essa lista também é aberta, está na Internet, são 40 páginas de produtos. É de São Paulo, nosso Estado.

Ali representa Mato Grosso. Eu coloquei essa foto bonita de Cristian Spencer, um rapaz magnífico, para lembrarmos o quanto temos de aviões e o quanto vamos perder de natureza.

Esse é um agradecimento da Universidade Federal.

A próxima imagem mostra a criação de projetos de lei que declarem: proibição de pulverização no Estado — foi feita uma palestra em São Paulo, mas eu quero que o Brasil proíba, é um sonho pessoal —; compra obrigatória de produtos de origem orgânica para escola e hospitais; banimento dos banidos em todo o Estado, de preferência em todo o País; proibição imediata do glifosato e compostos



2-4D; proibição de lavagem de embalagens. Eles fazem aquelas campanhas para o pessoal fazer a lavagem três vezes, mas talvez não seja feita adequadamente e pode se comprometer tanto o seu trabalhadorzinho como também o solo, o meio ambiente.

Aprovação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica — PEAPO, em São Paulo, mas há também a nacional para ser aprovada. O projeto já está pronto, não há que pesquisar. Por que pesquisar? Aprova-se, depois serão feitos os ajustes. Dentre as sugestões de trabalho há proposta de audiência pública; de criação de impostos; de ampliação de redes de laboratório; de estudos de viabilização de aplicação de produtos; e proibição imediata de fomento para faculdades.

Esse é para São Paulo, já há um plano estadual, mas não se cumpre.

Ali é para mostrar as empresas, a maioria delas fez grandes estragos ao ambiente e à saúde.

Esse nos lembra que o morcego também poleminiza, que ele também faz a parte de controle dos insetos, e não são só as abelhas.

Ação punitiva, isso é necessário neste País, para quem não cumpre a lei.

Eis minha conclusão final: contra fatos não há argumentos.

Ali está o contato do Fórum Paulista e o Facebook.

Trago uma pequena consideração: na jurisprudência já há proibição, eles já pedem que não se use agrotóxicos nos canaviais por causa da queima da cana. Quando se queima a cana, tudo vai para o ar. Por isso há uma grande quantidade de pessoas doentes na parte respiratória, não é só pela fuligem produzida da cana natural, diga-se de passagem, mas devido aos produtos que se lançam durante o período de vida da cana. Eu não entendo, não vou falar que entendo, não sou especialista em cana, mas sei que há várias aplicações diferentes durante o período de vida da cana. Quando se queima, vai tudo para o ar, e a população respira esse ar. Por esse motivo há essa quantidade determinada de uso.

Não falei da parte da alimentação saudável, do risco que se corre quando esses alimentos são consumidos e o que eles causam para a saúde. Já está comprovada, por exemplo, a questão neuromuscular. Há muita coisa ligada,



piretroides, por exemplo. Está comprovado, como mostra a parte científica. Então, cabe a esta Casa, cabe a V.Exas. tomarem providências.

Era isso.

Boa tarde. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Ana Marina.

Registro a presença dos Deputados Valdir Colatto e Luiz Lauro Filho.

Passo a palavra à Sra. Marina Lacorte, Coordenadora da Campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace.

**A SRA. MARINA LACORTE** - Boa tarde a todas e a todos. Meu nome é Marina. Como o Deputado já falou sou Coordenadora da Campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace. Primeiramente, eu queria agradecer pelo convite. Serei breve porque acho que esta Mesa estava muito bem representada, e as falas tiveram ótimos detalhamentos nas suas especialidades. Vou tentar também contribuir com a especialidade do Greenpeace. Trata-se de um tema de absoluta importância. Não é à toa que essa é a nossa principal frente de trabalho dentro da Campanha de Agricultura e Alimentação. Nossa agenda está totalmente centrada na questão dos agrotóxicos, no que eles representam na nossa agricultura, como ela está configurada hoje e nos impactos gigantescos dessas substâncias no meio ambiente, no futuro da produção agrícola e na saúde humana.

O Brasil já é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Isso não se dá só por conta da sua magnitude territorial. Como já foi citado aqui, há uma lei que, embora esteja um pouco desatualizada em relação aos outros países e ainda seja um pouco permissiva, oferece sim muitos aspectos protetivos e é uma lei positiva. O absurdo que vem acontecendo nesta Casa é que, ao invés de se trazer mais rigor para essa lei e levá-la para mais próximo do que temos, em termos de menos permissividade em relação aos outros países, a lei que temos hoje está sob total ameaça. Mesmo com essa lei, o cenário já é muito ruim. Como foi mostrado aqui, nós não temos controle, não temos fiscalização e não temos monitoramento adequado. O que se tem hoje é o uso indiscriminado dessas substâncias. Não é de hoje que o Brasil vem enfrentando consequências seríssimas por conta da contaminação dessas substâncias no meio ambiente e na saúde humana.



O atual modelo agrícola praticado no Brasil é altamente insustentável, esgotado. Os agrotóxicos não só contribuem para esses impactos em si, mas também os tornam possíveis, tendo em vista a perpetuação desse modelo por conta do uso massivo de agrotóxicos. Eles degradam o solo, contaminam a água, destroem a biodiversidade, inclusive polinizadores. Eles matam polinizadores essenciais para produção agrícola e de alimentos e criam o que chamamos de pragas, entre inseto e plantas resistentes, fazendo-nos entrar nesse círculo vicioso de que cada vez precisamos de mais agrotóxicos e de mais diversidade de agrotóxicos.

Por conta disso também o que está em risco aqui é a nossa capacidade futura de produção de alimentos. Se esgotarmos esses recursos, que são necessários para produção, colocamos em risco essa produção. É claro que existe o risco que eles representam para a saúde humana, que foi muito bem apresentado aqui pela nossa representante do INCA, que entrou em detalhes em relação às intoxicações agudas e crônicas, aquelas em que se tem mais dificuldade de estabelecer o tal do nexo causal. Mas isso não significa que faltam evidências. Não faltam e são inúmeras as evidências e os estudos que mostram a relação dos pesticidas com essas doenças. Estudo relativamente recente da USP mostrou que a dieta do brasileiro é riquíssima em agrotóxicos. Pesquisa do Greenpeace sobre alimentos que iam para a merenda escolar do Rio de Janeiro também mostrou muitos alimentos contaminados com resíduos de agrotóxicos. Isso porque foi uma amostra aleatória e pequena. Se ela já foi capaz de mostrar esse tipo de resultado, imaginem o que está por aí! Na verdade, nem é preciso imaginar, pois temos todos os testes da ANVISA, com exceção do teste do ano passado, cuja metodologia foi alterada e foram induzidas comparações esdrúxulas. Enfim, há todo um histórico da ANVISA que mostra como os nossos alimentos estão contaminados. Por esse histórico, com base nos últimos resultados, é fácil dizer que não é possível que, de um ano para outro, 99% dos alimentos estejam seguros. Aí vai muito do que se chama de seguro.

E isso já foi cedendo a certa pressão que existe por parte de uma bancada de Parlamentares desta Casa. O que enfrentamos hoje aqui e agrava essa situação é uma enorme falta de comprometimento com o que a sociedade quer de fato.





Sabemos que essa bancada de Parlamentares se alia aos grandes interessados, aos grandes proprietários de terra, às próprias empresas de pesticidas e a todo o pacote relacionado a elas e que acabam jogando contra o produtor, que vem tentando reduzir o uso dessas substâncias e produzir comida verdadeiramente saudável para a população.

O Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, que chamamos de PL do Veneno, de autoria do Ministro Blairo Maggi, é uma ilustração do que vem acontecendo. Ele tramita nesta Casa e vai causar o desmonte geral da lei atual que temos de agrotóxicos. Vai ser mais fácil registrar mais agrotóxicos do que os que nós já temos registrados; vai tornar ainda mais fácil o seu uso; vai mascarar a nocividade desse produto ao trocar o nome “agrotóxico” para “defensivo sanitário”, entre muitas outras coisas. Esse PL basicamente significa abrir ainda mais as portas de um principal consumidor de agrotóxicos para mais uso dessa substância, sendo que já enfrentamos consequências seriíssimas por conta disso.

E eu digo que é uma falta de compromisso muito grande com a opinião pública, porque, no ano passado, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística — IBOPE mostrou que 81% das pessoas já consideram alta ou muito alta a quantidade de agrotóxico aplicada nas lavouras. Em relação às merendas, uma pesquisa revelou que 82% das pessoas creem ser muito importante que um político apresente esse tipo de iniciativa em relação à merenda, por exemplo; e que 59% teriam uma imagem mais positiva desse político. Mas isso parece não importar muito para alguns Parlamentares.

E mais: se perguntarmos a qualquer pessoa sobre o uso dessa substância, veremos que ninguém quer mais veneno no seu prato e que, se hoje toleram isso, é porque se replica a falsa ideia de que não dá para produzir sem ela.

Pior do que esse PL são as medidas de troca que também vêm sendo muito utilizadas, sem qualquer constrangimento, entre medidas provisórias e decretos, que acabam excluindo completamente a participação da sociedade nesse processo. Essas medidas vêm sendo negociadas entre Parlamentares e Governo. Então, basicamente o que acontece é: troca-se voto por saúde da população, ou troca-se voto por uma parcela da Amazônia, e por aí vai.



No que tange aos agrotóxicos, isso não é diferente. Já foi noticiado que há uma minuta de medida provisória prestes a ser apresentada e que pode fazer todo esse conteúdo do PL do Veneno tramitar e ser aprovado de forma muito mais acelerada.

É válido ressaltar que muitos desses Parlamentares são os mesmos que querem fazer as reformas que estão vindo aí, sob o argumento de recuperação econômica. Mas a que custo? Rifando as terras brasileiras; mudando a aposentadoria do brasileiro, mas sem tocar no seu salário e na sua aposentadoria agora; alterando o sistema eleitoral, não para que ele seja mais justo, mas para se manter no poder, até porque muitos sabem que, pela opinião pública e pelo voto, não estariam aqui. E são os mesmos também responsáveis por um retrocesso gigantesco na nossa legislação ambiental.

O que me admira muito é que a bancada ruralista não enxerga — pior: enxerga, mas ignora — que nesse caminho a própria agropecuária vai sofrer e muito, aliás, já vem sofrendo. A própria produção de alimentos vai ficar comprometida com esse tipo de agricultura que o agronegócio defende.

Os efeitos das mudanças climáticas já estão aí e vão se agravar.

É válido dizer que essa questão da transição é muito importante. Obviamente, ninguém vai parar de usar agrotóxico da noite para o dia. Sabemos que isso não é possível, mas é preciso começar uma transição ontem — não hoje, nem amanhã, mas ontem. E esse início se dá com a implantação de uma política séria de redução gradual dessas substâncias, ao mesmo tempo em que se investe em ciência e tecnologia para isso, para um outro modelo.

O que temos hoje são muitos e muitos anos de atraso, pois se investiu e se deu inúmeros estímulos e incentivos para um tipo de agricultura e zero para outra. E se foi dando cada vez mais estímulos para essa agricultura convencional, que é cada vez mais moderna e mais impactante.

Então, é claro que mudar e restabelecer sistemas convencionais para sistemas agroecológicos vai levar algum tempo — isso é fato —, mas vai dar certo.

Como a Carla falou, houve o congresso de agroecologia. Agroecologia não é experiência de fundo de quintal. Há inúmeros estudos que mostram que ela funciona e que a produtividade não é tão mais baixa assim, que temos um grande problema



de acesso ao alimento e de distribuição, não é só produtividade. Recentemente, a ONU soltou um relatório dizendo que não é preciso usar mais agrotóxicos para aumentar essa produtividade, pois nós já produzimos alimento suficiente para as pessoas. O que precisamos fazer é mudar esse sistema para que esse alimento saudável chegue à mesa de todos.

O preocupante é que devíamos estar nesse caminho de começar a assumir o compromisso de reduzir o uso dessa substância, porque isso vai levar um tempo, mas estamos no caminho oposto, numa tentativa incessante de flexibilizar todas essas leis sobre uso de agrotóxicos e marginalizar cada vez mais o produtor familiar que produz sem ela. Então, devíamos estar no caminho de levar o convencional para o agroecológico e não no de levar cada vez mais o familiar para o convencional. Isso é extremamente preocupante.

Esse projeto de lei ou essa medida provisória, o que vier primeiro, é um pacote de desastres anunciados. Eu costumo dizer que os agrotóxicos são o encaixe de todo esse sistema, porque só eles permitem escalas tão grandes em monoculturas e, a partir daí, todo esse pacote de distribuição e comercialização que é injusto e que não faz o alimento saudável chegar à mesa das pessoas.

Soberania alimentar verdadeira é cuidar dos nossos recursos naturais, porque é dali que vem a produção de alimentos e toda produção agrícola, e não esgotar esses recursos, acabando com as nossas florestas, com a biodiversidade e com a água, sob o argumento da recuperação econômica do País. Isso é definitivamente uma escolha que foi feita lá atrás, e temos que refazer agora, para que não se mantenha o privilégio de poucos.

Eu insisto que precisamos começar a implementar ações que contribuam para a redução gradual do uso de agrotóxicos. Isso não é desproporcional. A meu ver, desproporcionais são os diversos tipos de estímulos que vêm sendo dados há anos para a agricultura convencional, para um setor que acaba concentrando terra e renda na mão de poucos, e não para outros tipos de agricultura. Esse modelo precisa ser revisto urgentemente.

Para isso, faz-se necessária a tramitação nesta Casa do Projeto de Lei nº 6.670, de 2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos — PNARA, que foi amplamente construída com a sociedade civil e, primeiro, com o



Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos — PRONARA. É preciso instalar essa Comissão Especial para iniciarmos, de forma mais profunda, honesta e transparente, esse debate nesta Casa. O Presidente da Casa se comprometeu a instalar essa Comissão desde outubro do ano passado. Então, é um absurdo que fechemos este ano sem a instalação dessa Comissão e sem a abertura desse debate.

Eu finalizo aqui a minha fala, parabenizando, mais uma vez, o Deputado pela iniciativa. É muito importante a realização de um debate como este aqui nesta Comissão, nesta Casa, em meio a tantos retrocessos que estão havendo. Hoje também está acontecendo o seminário do Resista, movimento de resistência contra todos esses retrocessos. Eu acho que dificilmente a sociedade é a favor desse tipo de retrocesso.

Parabéns! Muito obrigada pelo convite. Estou à disposição dos senhores.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Marina.

Registro a presença do Deputado Paulo Henrique Lustosa, que também está apresentando uma publicação aqui para nós.

Passo a palavra para a Sra. Madalena Margarida, que é Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador, da Central Única dos Trabalhadores — CUT.

**A SRA. MADALENA MARGARIDA DA SILVA** - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Nilto Tatto, Srs. Deputados e demais presentes neste plenário!

Quero dizer que as falas das companheiras aqui foram muito importantes. Na realidade, uma fala complementou a outra. Nós vimos aqui diversos aspectos relacionados ao uso do agrotóxico e a seus efeitos no meio ambiente, na saúde, na produção, no modelo de desenvolvimento que predomina no campo. E isso me deixou bastante feliz e motivada a sair daqui com outra perspectiva.

A meu ver, depois de participar de um debate como este, nós não sairemos daqui da mesma forma. Haverá alteração na nossa alimentação, a fim de melhorar a nossa saúde ou até mesmo compor as frentes de luta contra o agrotóxico e em defesa da vida, em defesa do meio ambiente e em defesa desse espaço em que vivemos.



Depois de ouvir tantas falas, eu vou falar um pouco sobre o modelo de desenvolvimento que nós da Central Única dos Trabalhadores defendemos e também sobre o que a CUT está propondo para este momento que estamos vivendo. Não vou falar aqui sobre a questão específica do agrotóxico, mesmo porque nós do movimento sindical atuamos muito na defesa do trabalhador e da produção e muitas vezes não manifestamos preocupação com a visão mais ampla das coisas.

Destaco que, na Central Única, temos a Secretaria de Saúde do Trabalhador e a Secretaria de Meio Ambiente. Na nossa gestão, procuramos atuar coletivamente para potencializar nossas ações. É lamentável que o nosso País tenha ocupado uma das tristes lideranças no consumo do agrotóxico. Estudos indicam a presença de doenças — e a companheira aqui citou várias — no nosso corpo, no nosso organismo, e também de doenças fatais. Cito também a ocorrência de suicídios em locais onde há o uso indiscriminado de agrotóxico.

Nesse sentido, precisamos fazer a defesa de um modelo de produção no País, em que a agricultura familiar seja valorizada, a agricultura familiar orgânica e agroecológica, com respeito aos povos que vivem naquelas regiões, com respeito ao seu jeito de viver e de produzir, com respeito à produção.

Nós estamos fazendo um debate mais aprofundado sobre a agricultura familiar, que respeite o meio ambiente, que respeite a forma de produção das pessoas que vivem no campo. Nós também, obviamente, defendemos uma proposta de transição para esse modelo de desenvolvimento que se diz popular, que se diz do agronegócio. Mas vemos que o agronegócio gera muitos conflitos sociais, desmatamento, exclusão social, degradação. E o agro que não é *pop* mata também.

Nós ouvimos aqui diversos relatos das companheiras sobre a maneira como esse modelo de produção é prejudicial à nossa saúde, ao meio ambiente e às nossas vidas.

Então, companheiras e companheiros, devemos valorizar o jeito de viver e de produzir dessas pessoas, a agricultura familiar e camponesa, os rios, as florestas, as pessoas que vivem à beira dos rios. Os ribeirinhos são importantes para mostrar à sociedade uma forma de vida e de produção diferente, em que realmente se possa



ter uma agricultura familiar ou uma agricultura saudável capaz de atender às necessidades de todos nós brasileiros.

Sabemos que a agricultura familiar é capaz de sustentar a mesa do brasileiro. Mais de 70% do que consumimos internamente vem da agricultura familiar. Então, isso é uma grande demonstração de que, com um projeto de transição, a longo e médio prazo, nós poderemos realmente produzir no sentido de ter segurança alimentar e qualidade de vida. Não adianta apenas produzirmos mais alimentos e morreremos jovens por conta da forma como nos alimentamos.

Então, nesse sentido, eu quero agradecer à Comissão e aos proponentes do evento, os Deputados João Daniel e Paulo Teixeira. Debates como este, audiências como esta e tantas outras iniciativas que vêm sendo tomadas aqui dentro do Congresso são muito importantes para o enfrentamento da situação política e econômica que estamos vivendo em nosso País.

Então, a CUT reafirma a sua luta pelo fim do golpe, pelo fim do seu conteúdo programático, pelo fim da implantação de uma política ultraliberal que não traz nenhum benefício para a classe trabalhadora. Ao contrário, vemos os nossos direitos conquistados há 60 anos, há 50 anos, há 40 anos escorregando por nossas mãos.

Sabemos que há muita resistência, sabemos que muitas organizações estão nas ruas, fazendo a resistência, dialogando com os Deputados para que eles possam, de fato, realizar sua tarefa de representar a população, de representar o povo aqui nesta Casa.

Então, agradeço pela iniciativa e coloco a CUT à disposição para qualquer esclarecimento e para outras atividades que virão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Madalena.

É importante que a CUT, cuja maior parte da base é composta de sindicatos urbanos, esteja participando deste debate.

Concedo a palavra ao Deputado Adilton Sachetti.

**O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI** - Boa tarde a todos e todas. Cumprimento o nosso Presidente da Mesa e Presidente da Comissão de Meio



Ambiente, da qual também fazemos parte, Deputado Nilto Tatto, e todos os palestrantes que vieram hoje aqui falar de um tema bastante complexo.

Ouvi com atenção o que aqui foi colocado e quero dizer que nós precisamos buscar outro caminho, porque da forma como foi colocado aqui a agricultura do Brasil está fadada ao fim rapidamente.

Algumas coisas que ouvi aqui não condizem com a realidade, não são verdadeiras. E digo isso porque sou um produtor rural e uso defensivos agrícolas — se quiserem chamá-los de agrotóxicos, fiquem à vontade. Os números aqui apresentados não representam a realidade do que acontece no meu dia a dia. E eu sou produtor.

Talvez algumas das que falaram aqui hoje — e todas as expositoras são mulheres — sejam produtoras ou tiveram contato com a produção, mas acredito que outras não vêm da área agrícola e não conhecem esse tema.

Por exemplo, não é verdade que 30% do custo de produção da nossa agricultura hoje é de agroquímicos. Não posso aceitar que isso seja colocado dessa forma. Se ninguém critica isso, torna-se uma verdade. *“Ah, se é 30%, é 30%, transforma-se em 30%”*. Mas não é isso. Dependendo do ano, dependendo da incidência das pragas, nós temos gastos de 12% a 15% para a produção de soja, milho, algodão e sorgo. Então, temos gastos nesses percentuais.

Eu ouvi também aqui que 600 mil novos casos de câncer por ano são diagnosticados e têm relação com agrotóxico. Esse estudo é baseado em evidências.

Eu perdi minha esposa recentemente em razão de câncer. Eu também já fui acometido por dois cânceres. Mas eu não vi nenhuma publicação científica de renome internacional — em que a ciência se baseia — no sentido de referendar esses dados. São dados baseados em evidências, não em dados técnicos e científicos comprovados. Então, fica difícil se fazer uma discussão, quando se quer realmente buscar um entendimento de redução de uso de agrotóxico. E ninguém que vive no campo usa agrotóxico porque quer. Ninguém gosta de usar agrotóxico. Agora, para a atividade que desenvolvemos, só tem uma maneira. Em uma agricultura tropical, para as culturas que desenvolvemos, precisamos das



tecnologias que existem hoje, utilizando agrotóxico. Senão, não teríamos essa produção.

Acho que devemos tirar um pouco o foco da discussão com ideologia — e aqui se chegou a momentos de se discutir questão política, e não o tema — e buscarmos sim uma discussão mais técnico-científica, para nos alicerçar no caminho de redução do uso de agrotóxico.

Quais as diferenças que temos quanto ao uso de agrotóxico no Brasil, na Ásia, na América do Norte ou na Europa? Os agrotóxicos são os mesmos. Eu ouvi também aqui — e é verdade — que meia-dúzia de empresas dominam essas tecnologias no mundo. E os mesmos princípios ativos que usamos aqui são utilizados mundo afora. Alguns que são proibidos no Brasil são utilizados lá fora. Outros são proibidos lá fora, e nós os estamos utilizando aqui.

Então, temos que achar um equilíbrio dentro disso. Temos que encontrar um caminho. E aí se coloca, de novo, de forma errada e muitas vezes de má-fé, que somos os maiores consumidores de agrotóxico no mundo. Em números absolutos somos. Agora, não é isso que conta para o meio ambiente. Qual é o valor por hectare que usamos? Quanto de princípio ativo por hectare nós usamos?

Se temos uma área enorme, como é a do Brasil, na agricultura — a segunda área extensiva no mundo —, se nós moramos em um país tropical, não dá para compararmos a nossa agricultura e a utilização de demandas de agroquímicos daqui com a agricultura dos Estados Unidos e da Europa, que é uma agricultura de clima frio, onde a redução de pragas, pela condição de ciclo natural, faz-se drasticamente.

E, a partir do momento que o Brasil adotou a prática do plantio direto, que foi a maior revolução em termos ambientais que se tem na história da agricultura no mundo — e não há outra revolução tão grande, com tamanho benefício para o meio ambiente —, aumentaram os gastos, em números de litros por hectare, com os herbicidas utilizados, para fazer o controle e para fazer o plantio direto.

Uma segunda situação que temos aqui e que também não foi falada em momento algum é que vivemos em um país tropical. A ferrugem que hoje afeta o milho e a soja se desenvolve pelas condições edafoclimáticas do nosso País. E, por esse motivo, utilizamos produtos para fazer o controle dessa ferrugem: os





fungicidas. E a soma desses fungicidas entra nos números como se fossem agroquímicos. É assim que os chamam.

Nos Estados Unidos, em razão do clima frio natural, não há ferrugem, não há essa praga. E quanto a números significativos, se se observar e estratificar os números, na hora em que se vai analisar a volumetria, verifica-se que os dois principais volumes que contribuem de forma assustadora para o número apontado são: os herbicidas, para a dessecação; e os fungicidas, para a conclusão dos ciclos das lavouras no Brasil central.

Então, eu quero crer que temos que buscar um equilíbrio nisso. Eu até conversava sobre isso com o Deputado Nilto Tatto e lamento que o Deputado Paulo Teixeira não esteja presente, porque, quando fazemos um evento, para que se torne produtivo, no sentido de enriquecer o debate, temos que colocar os dois lados para debater. Eu, na realidade, sou um consumidor. Não sou fabricante de agroquímico, eu não gostaria de usar o agroquímico, mas sou consumidor em razão da necessidade da minha atividade.

Então, deveriam estar aqui os dois lados e ainda um terceiro, composto por cientistas que tenham isenção e possam falar “sim” ou “não”, “é” ou “não é”. Mas não tivemos isso aqui. Hoje todos que falaram tinham a mesma linha de pensamento. Então, isso não enriquece o debate, fica um monólogo, de um lado só.

O debate precisaria, a meu ver, ser equilibrado, para que pudéssemos ter esse entendimento e clareza. O que interessa para todos nós que vivemos no campo? Reduzir o nosso custo de produção. Ninguém mais do que nós — e não serão vocês — terá tal responsabilidade com o meio ambiente. E digo isso porque, se não cuidarmos do meio ambiente, não teremos negócio. É de lá que retiramos nosso sustento. Se eu não cuidar dele, amanhã fico sem atividade e nada terei. E aí vou ter de buscar outro trabalho na minha vida para poder começar tudo de novo, porque, se o meio ambiente está degradado, ele não tem valor nenhum. Ninguém vai dar valor nenhum à terra que hoje eu exploro. Então há um erro de colocação nesse sentido.

O produtor não é aquele que quer fazer a destruição. Ele está ali, e a dificuldade não é diferente para o grande produtor, para o médio, para o pequeno. A dificuldade é igual para todo mundo, todo mundo tem a mesma dificuldade, todo



mundo quer produzir mais, de forma consciente, de forma séria, de forma a respeitar o meio ambiente.

Então, eu acho que, mesmo tendo essa discordância, algumas conclusões vamos tirando. E agradeço a oportunidade de eu poder me expressar, divergindo da forma como são colocadas algumas coisas. Não sou contrário a fazerem trabalhos para a redução de uso de inseticida, de herbicida, de fungicida em qualquer situação, mas que nos deem condição de ter produtos similares, com menor agressão. E me parece que cada vez mais se vai nesse sentido, nessa linha de usar produtos menos tóxicos e menos agressivos ao meio ambiente.

Aí entra a também discutida e falada transgenia. Muitas vezes, sem conhecimento de causa, critica-se algo que nos trouxe muito benefício. A transgenia reduziu e muito o uso daquelas classes toxicológicas mais agressivas. Comemos produto decorrente de transgenia todo dia em casa, e eu garanto que ninguém daqui nunca observou. Quem de vocês nunca comeu nectarina? A nectarina é o primeiro transgênico feito no mundo, já há quase 80 anos, e ninguém nunca falou nada, porque na época não havia pressão comercial em cima. Implantou-se o processo, ele se desenvolveu, todo mundo come nectarina e nunca se ouviu dizer que a nectarina causou câncer, que a nectarina fez qualquer coisa nesse sentido.

Todas as senhoras aqui com certeza já receberam um buquê de gérbera. Gérbera é transgênico, gérbera é girassol, de que ninguém diz nada também. Por quê? Porque está no nosso dia a dia. Há ainda as variedades de trigo.

Mas o que eu quero deixar registrado aqui é que sempre temos que dar oportunidade sim à discussão, ao contraditório. Eu acho que isso é o que vai fazer a agricultura se tornar uma atividade melhor, saudável, com a qual se possa realmente trabalhar no futuro para reduzir o uso de agrotóxico e, quiçá, buscar conhecimento técnico-científico para um dia não o utilizar. Eu não sou favorável ao uso desenfreado de agrotóxico. O que não aceito é que se crie uma discussão sem dar uma solução técnico-científica.

Não é possível hoje uma agricultura que atende menos de 1% da humanidade dizer que está pronta para sustentar a humanidade. A agricultura orgânica representa menos de 1% no mundo; 99% é agricultura feita com técnicas modernas. Então, tem que se buscar um caminho para nós sairmos desse 1% e irmos para



10%, 20%, 50% ou, quiçá, 100%. Não há dificuldade de trocar a matriz de produção, de sair de uma produção técnica para ir para uma produção orgânica. A questão é haver viabilidade econômica e as pessoas poderem alterar, trocar seus negócios.

Eu queria cumprimentar todas as senhoras e agradecer a oportunidade. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Deputado Adilton Sachetti.

Passo a palavra agora para o Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., os palestrantes, o Deputado Sachetti, nosso colega aqui na bancada.

Eu estou aqui não só como componente da Comissão de Meio Ambiente, mas também como engenheiro agrônomo. A faculdade me fez estudar o que eu chamo de defensivos fitossanitários, uns chamam de venenos e outros de agrotóxicos — o Presidente chama de venenos. Eu acho que isso é veneno para as pragas, para as doenças, mas para as plantas é remédio, como o remédio é para as pessoas. Eu tomo remédio para combater o quê? Uma doença. Então, ele é veneno para aquela doença. Assim também se dá nas plantas.

Eu sou médico das plantas, estudei bastante entomologia, o estudo dos insetos, e sei que, se não houvesse combate aos insetos, eles já teriam destruído o planeta Terra, não haveria mais comida para nada. Eles são de um volume tal que qualquer estudo técnico mostra que, se não houvesse o combate, não haveria o mínimo de chance de termos comida, principalmente vegetal. Só para lembrar, cito a história da formiga. Dizia-se: *“Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil”*. Lembram-se dessa história?

No meu tempo de guri, se não combatesse a formiga, meu pai não colhia nada. Ele era um pequeno agricultor com 14 filhos e 4 hectares de terra. Tinha que combater a lagarta, tinha que combater o pulgão da couve na horta. Uma vez eu vi meu pai aplicando DDT, pó de gafanhoto, como o chamavam na época, com a mão. Pegava e espalhava com a mão aquele pó, na inocência dele, analfabeto. E na época ninguém orientava o agricultor sobre se aquele produto era tóxico ou não era tóxico, se podia fazer aquilo ou não podia fazer aquilo. Era assim que a coisa funcionava. Então, evoluímos muito.



Nós estamos fazendo hoje uma demonização da agricultura convencional. Na verdade, essa é a agricultura responsável por haver hoje 7,5 bilhões de pessoas no mundo. Nossa representante do Greenpeace sabe muito bem que, se a agricultura não houvesse evoluído em produção, não haveria talvez um décimo da população do planeta, porque não haveria comida. Quem leu a história da agricultura sabe que nos tempos antigos as pessoas eram proibidas de ter mais de uma junta de animais, porque esses animais consumiriam alimentos que faltariam para as pessoas. Quem ler a história da agricultura, da humanidade, vai saber dessa história que ocorreu lá atrás. E por que hoje há tanta gente no mundo? Porque há comida. Se não houvesse comida, não existiriam esses 7,5 bilhões de pessoas, número que vai chegar a 9 bilhões daqui a 30 anos. Então, precisamos produzir mais alimentos.

O mundo canta e louva o Brasil por produzir hoje 240 milhões de toneladas de alimentos, que, aliás, somados com hortaliças, frutas, etc., chegam a 1 bilhão e 200 milhões de toneladas de comida. Isso daria para alimentar cinco vezes a nossa população, mas nós temos que exportar, nós temos que trazer divisas, nós temos que trazer emprego. E há todo um processo pela frente que nós temos que olhar mais amplamente.

A representante do Greenpeace, a Marina, diz: *“Olhe, esses Deputados da bancada ruralista são tudo bandido, as pessoas aí representam as empresas, representam os interesses pessoais”*. Aí, eu pergunto: e o Greenpeace representa o quê? A natureza, o verde, mas o que está por trás do Greenpeace? Quem financia o Greenpeace? De onde sai o dinheiro para fazer esse movimento no mundo inteiro? Quem é?

Nós estamos aqui, simplesmente. As nossas posições são colocadas em público, as nossas declarações estão na Internet. Nós os políticos somos as pessoas mais vigiadas do planeta.

Então, tem que olhar esse lado também. Eu não aceito essa afirmação de que nós estamos aliados a alguém, de que estamos trocando voto e não sei mais o quê. Quando falam alguma coisa assim, as pessoas têm que dizer: *“Este Deputado está vendendo voto”*. Aí, sim! Aí está certo. Agora, não é certo quando se generaliza. Eu acredito que exista no Greenpeace gente boa, bem-intencionada, mas há outros que



não são. O mesmo acontece na CUT, ou em qualquer outra entidade, existe gente boa e existe gente ruim. Então, a generalização é um negócio complicado.

Eu ouvi aqui se falar do tal do nexo causal. Eu me lembro de quando nós estávamos discutindo o Código Florestal brasileiro. Aliás, fui eu que apresentei o primeiro projeto.

Ontem, se discutiu o nexo causal das queimadas. Falava-se do problema das queimadas, que hoje estão destruindo muitas florestas brasileiras e se discutia a origem das queimadas. *“Ah, foi o fazendeiro bandido que pôs fogo. Ah, não, era um costume indígena fazer queimadas para fazer as caçadas. Ah! Quem foi o bandido que fez isso?”* Foi-se buscando, pesquisando e se chegou à conclusão de que a grande maioria das queimadas acontece nas áreas dos parques, que são áreas públicas, e nas beiras das estradas. O cara joga um toco de cigarro, causa um incêndio, o fogo entra na propriedade e a queima. Aí, o proprietário é castigado, é multado, é feito o diabo lá. Hoje, segundo o Código Florestal, é preciso ter o nexo causal, ou seja, é preciso ter a prova de quem fez aquilo.

Eu só ouvi a manifestação das três, a Ana, a Madalena e a Marina, a dos outros eu não consegui ouvir. As informações e os dados que elas trouxeram se basearam em coisas genéricas. *“Olhe, isso aqui dá problema, dá câncer, não sei o quê”*.

A Ana Marina apresentou aqui uns dados — eu não de qual fonte — e contestou a ANVISA. Eu inclusive tenho brigas pesadas com a ANVISA. Agora, mesmo, ela está proibindo o paraquat, que vai acabar com o plantio direto, que é a maior prática ambientalista que nós temos na agricultura. Se a pessoa não tiver o paraquat, o glifosato, não tem agricultura de plantio direto, que é plantio na palha, e aí acaba provocando enorme erosão, o que há 30 anos nós conseguimos estancar. Falava-se lá em Santa Catarina que nós íamos buscar terra de Santa Catarina lá na Argentina, porque tinha sido levada pelo Rio Paraná, por causa da erosão. Agora, graças a Deus, nós resolvemos isso porque existe o plantio direto.

Então, o nexo causal é o que nós temos que levantar. Eu tenho dados científicos do Prof. Ângelo, do Instituto Agrônomo de Campinas — que é um estudioso, especialista no assunto, já veio aqui fazer uma palestra, está nos Anais da Casa —, que demonstram que há 30 anos não há morte de alguém em



decorrência de aplicação de inseticida. Houve 66 mortes nos últimos 30 anos de pessoas que tomaram agrotóxico para se suicidar. Foram quase mil os que tomaram, e 66 que morreram, de acordo com dados técnico-científicos.

A ANVISA, de acordo com os dados do último Censo, diz que 99% dos alimentos, principalmente hortifrutigranjeiros, estão isentos ou estão no limite da dose diária cientificamente aceitável de defensivos agrícolas. Aí não vale. Agora, quando ela disser que está tudo envenenado, aí valerá a palavra da ANVISA.

Então, existem dois pesos e duas medidas. Nós temos que ser mais técnicos. Temos de parar com esse achismo. Temos que trabalhar com questões técnicas, científicas; trabalhar com a ciência.

Estamos tentando evoluir para uma tecnologia melhor. Nós estivemos recentemente na Austrália com um grupo de Deputados e técnicos do Ministério da Agricultura e verificamos que lá eles usam defensivos agrícolas normalmente, os quais são aceitos pela sociedade. Lá não há esse alarmismo que há aqui. E nós perguntamos: *“Como é que vocês fazem isso? Nós usamos os mesmos produtos que vocês, e aqui não há problema, mas lá há”*. Eles disseram assim: *“Simples: nós usamos a ciência. Nós fazemos as nossas pesquisas, levamos para a sociedade e dizemos que nós estamos utilizando esse produto, porque precisamos dele, e a ciência é essa”*. E o pessoal aceita o que diz a ciência. Aqui não. Dizem que vai matar todo mundo, vai envenenar todo mundo. Acham que é assim, acham que é assado.

Nós tivemos agora um caso muito sério, que foi a questão da dengue. Se pegarmos Estados Unidos, México e vários países da Europa, veremos que eles combatem a dengue — quando há, porque lá é frio e é mais difícil haver esse tipo de epidemia — utilizando aviação. É só pegar a bibliografia e ler.

Aqui no Brasil também podemos usar, mas aqui não deixam, dizem que vai matar as pessoas se usarmos a aviação para combater o mosquito da dengue. Eu inclusive apresentei uma emenda, que foi aprovada, a uma medida provisória, mas o Ministério da Saúde, não sei por quê, não a aceita.

O malation, que é o princípio ativo usado no *fog*, nesse chamado fumacê, é o mesmo produto usado pelos aviões. Só que, na aviação, usam-se 400 mililitros, um copo deste, para 10 mil metros quadrados. Olhem a tecnologia que há por trás



disso. Mas aí dizem que vai envenenar, vai matar pessoas, que não pode ser aplicado. Mas isso resolve, já foi aplicado aqui em Brasília em uma comunidade, mas dizem que não pode ser feito. Então, vamos lá, de camionete, fazer *fog*. Vamos às ruas, jogar fumaça em todo mundo, que aí está tudo bem, ninguém fala nada.

Esteve aqui um menino de uma ONG com o mesmo discurso: “*Os Deputados estão aí apoiando as empresas*”. Eu até entrei com um processo contra ele, para que ele prove que estamos sendo pagos pelas empresas. Está em tramitação. Ele disse que os Deputados estão sendo pagos para fazer isso e tal, que estão envenenando todo mundo, depois apresentou uma estatística daqui de Brasília. Qual foi a estatística? Que as intoxicações nas pessoas são 10 vezes maiores na área urbana, em decorrência dos produtos que as pessoas usam para matar mosca, mosquito, barata nas residências, que são os mesmos produtos, os mesmos princípios ativos usados na agricultura. Ou alguém não sabe disso? São os mesmos, são inseticidas para combater insetos. Então é preciso ter cuidado com essas afirmações.

Outra coisa: ele afirmou que são ingeridos 6,7 quilos de produtos por habitante. Vejam, se ingerirmos 200 gramas, estaremos mortos. Seis quilos? Não haveria mais ninguém aqui no Brasil se ingeríssemos toda essa quantidade de produto, como foi dito — que cada um está exposto, ou consome 6,783 quilos de agrotóxicos, através dos alimentos, etc.

Então acho que nós temos que parar com essa história, deixar a ideologia de lado e trabalhar cientificamente, tecnicamente. É isso que devemos fazer. Vamos ao Instituto de Campinas, Deputado, e vamos trazer aqui o Prof. Ângelo para mostrar o que ele fez em 30 anos de pesquisa, como é isso, como funciona, o que traz problema. E aí poderemos, sim, falar com certeza.

Agora, quem nunca mexeu com isso, não sabe o que é isso, vem dar opinião — “*Eu acho que é assim, é assado*” — e mistura inseticida com pesquisa, com agricultura, com ideologia, com política, não vai a lugar nenhum. Não vai a lugar nenhum.

Nós precisamos realmente fazer as coisas concretamente, fazer os ajustes que têm que ser feitos. E não se preocupem, porque aqui todas as leis que nós



estamos fazendo são as mais transparentes possíveis. Todo mundo discute. Há audiência pública, emenda, Comissões, plenário. Não há coisa mais aberta.

O que existe é a democracia. O que é democracia? A ditadura da maioria. Nesta Casa ou onde quer que seja, onde há maioria, é dela a posição que se leva. Ou é diferente lá na CUT? Como se decide na CUT? É por maioria. Não é a ditadura da maioria? Claro que é. Em qualquer órgão é assim, qualquer decisão é assim. Vão dizer que não é assim? Então nós precisamos ter muito cuidado com esse processo.

Já encerro, Sr. Presidente, mas quero dizer que realmente nós precisamos fazer uma lei. E é por isso que nós fomos ver como é que fazem lá, e aqui também. Ninguém está querendo rasgar dinheiro. Inseticida, fungicida, herbicida custam dinheiro. Ninguém está aí para rasgar dinheiro. Ora, se eu sou um agricultor e não preciso aplicar um produto, é a maior alegria para mim, para o meu bolso, para a minha economia. Quem trabalha com agricultura sabe disso, fica torcendo para que não haja praga, para que a lavoura não seja atingida, para que ele não precise comprar, pagar e usar esses produtos.

Agora, encerrando, Sr. Presidente, não se pode usar dois pesos e duas medidas, por exemplo, ser contra o uso do defensivo agrícola e ser contra o transgênico também. No transgênico você não usa o inseticida, o defensivo, porque a planta se autodefende.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Quem está falando “ai, ai, ai” não conhece o que é transgênico, tem que estudar um pouco.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Então você sabe do que eu estou falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Deputado Colatto, V.Exa. está encerrando? Há mais inscritos.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Então você sabe do que eu estou falando. Quando se tem um produto, por exemplo, o milho, se não for milho transgênico, em algumas culturas, sabem quantas vezes se aplica inseticida para controlar a lagarta-do-cartucho e outras pragas? Quinze vezes. E aí dizem: “*Eu não sou contra isso ou contra aquilo, mas sou contra os dois*”.





Presidente, eu acho que nós estamos aqui para discutir democraticamente. Ninguém é dono da verdade, mas temos o mundo real e o mundo da utopia. Utopia não funciona. Quem sabe, se o Brasil desistisse de ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo, hoje nós estaríamos com problemas.

Eu falo como o meu amigo Deputado Micheletto, falecido — que Deus o tenha! —, que dizia assim: *“Os ambientalistas são assim. Eles brigam com o agricultor, brigam com todo mundo, com o produtor de leite, de carne, mas, quando vão para a mesa, querem um bom bife para saciar a sua fome e comem três vezes por dia. E quem produz? O agricultor”*. Eu sempre digo que se o agricultor não planta, nós não almoçamos nem jantamos. Então, viva a agricultura, o nosso agricultor, que ainda produz para si, para o Brasil e para o mundo, apesar de as pessoas terem muita dificuldade para entender esse processo, principalmente esse pessoal da área urbana, que acha que leite dá na caixinha do supermercado.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Deputado Colatto.

Passo a palavra agora ao Deputado Amauri Teixeira.

**O SR. AMAURI TEIXEIRA** - Existe um relatório da Comissão de Seguridade Social, produzido por uma Subcomissão que investigou o uso do agrotóxico no Brasil, que está à disposição para quem quiser acessar. O relator foi o Deputado Padre João. Essa pesquisa e a conclusão desse relatório, não batem com algumas coisas ditas aqui. Primeiro, com a conclusão de que é comum a maioria dos princípios ativos ser proibida lá fora e ser usada no Brasil, e não o contrário. Esta correlação não é verdadeira: dizer que existe coisa que é proibida no Brasil e é utilizada na Europa, é utilizada nos Estados Unidos. A relação é o contrário disso. O comum é algo ser proibido até na China e ser utilizado no Brasil. Isso é que é comum, e nós temos dificuldade inclusive numa relação comercial hoje com a Comunidade Europeia exatamente por diversos princípios ativos serem proibidos lá e serem usados indevidamente no Brasil. Então, não vamos aqui achar que há ingênuos.

Em segundo lugar, essa conversa de que *“Nós somos agricultores, nós vivemos disso e não queremos devastar, não queremos depredar, não queremos esterilizar”* não é verdade.



Primeiro, Deputado Colatto, quem produz alimentos no Brasil e coloca na mesa o alimento não é o agronegócio. Quem produz 70%, 80% dos alimentos é o pequeno agricultor, é a agricultura familiar. O agronegócio produz para outros fins, para outros interesses, e não necessariamente para colocar na mesa. Segundo, sobre isso de dizer que o agricultor protege o solo, protege a sua propriedade, existe uma coisa chamada fronteira agrícola, e não é à toa. Saíram do Rio Grande do Sul e foram para o Centro-Oeste, devastaram áreas e mais áreas; foram para o oeste da Bahia, devastaram áreas.

Nós vimos a praga que deu há 2 ou 3 anos no oeste da Bahia. Foi preciso introduzir um veneno que não se permitia no Brasil. Autorizou-se indevidamente esse veneno, e aquilo era transgênico, com uso intenso de agrotóxicos, e nós vimos o que deu no oeste da Bahia. Lá, está se esterilizando não só o solo, como todos os mananciais hídricos, por causa desse uso excessivo.

O Deputado Colatto foi à Austrália, mas ele não disse que lá não existe irrigação de culturas permanentes. Irrigação de culturas permanentes não é permitida na Austrália. No Brasil, faz-se irrigação até de culturas permanentes. Aliás, até de capim. É, sim. Existe irrigação de manga no Brasil. Existe irrigação de mamão. Existe irrigação de banana, na Bahia, por exemplo, em Ponto Novo, com uso intenso de veneno.

Na Bahia, em Ponto Novo — o senhor pode pesquisar —, houve conflito, porque a represa fornecia mais água para a plantação de banana do que para as populações circunvizinhas, e era uma represa pensada inicialmente só para fornecer água a populações. Eu nunca tinha visto na minha vida, e meu pai era agricultor, plantar banana com veneno e com irrigação. Eu nunca tinha visto na minha vida. Eu descobri isso recentemente lá em Ponto Novo. Banana sempre foi algo orgânico, sempre foi cultivada de outra forma. Inventaram de cultivar banana com farta pulverização de veneno e ainda com irrigação inadequada, com irrigação por alagamento, que gasta muita água.

Então, nesta discussão nós temos que ver que o interesse de quem produz intensivamente com agrotóxico é conflitante com o interesse do consumidor e da sociedade como um todo.



Nesse relatório mostrou-se que toda área em que se usa intensivamente o agrotóxico, como em Lucas do Rio Verde, o índice de câncer em gestantes e em determinados perfis não é igual ao de outras áreas. Em Barreiras e em Juazeiro, na Bahia, o índice de câncer não é igual ao de outras áreas. Há umnexo causal direto entre as áreas que usam intensivamente agrotóxicos e a incidência de algumas doenças, que são caras para a sociedade, como o câncer.

Nós estamos num conflito. Fornece-se alimento — segundo o Deputado Colatto, essa maravilha de alimento —, mas isso está provocando um custo altíssimo para a sociedade, que é o tratamento dos cânceres produzidos por essa alimentação. Tratamento de câncer não é igual ao tratamento de qualquer outra doença. Nós estamos mudando o perfil epidemiológico do mundo, em função do uso de veneno.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Anuncio a presença do Deputado Augusto Carvalho.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Hugo Penteado, do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos.

**O SR. HUGO PENTEADO** - Eu queria só acrescentar alguns pontos em relação à sua última fala.

Uma das razões alegadas para proibir os agrotóxicos na principal capital de agrotóxicos do mundo, os Estados Unidos, é que eles causam câncer. Na União Europeia, composta por 27 países, como França, Alemanha, Reino Unido, Itália e Portugal, proíbem-se agrotóxicos porque foi comprovado, de forma científica, que há malefícios gigantescos. Não é algo que está sendo ventilado ou proposto como sendo passível de acontecer.

Um dado da EMBRAPA revela que o Brasil consome três vezes mais agrotóxicos que os Estados Unidos, cuja produção agrícola é maior que a nossa. Então, há alguma coisa errada. Não há nenhuma explicação climática ou dificuldade climática no Brasil que justifique tamanho consumo de agrotóxico no nosso País.

Para vocês terem uma ideia, uma produção orgânica de café foi vetada na Alemanha porque identificaram vestígios de agrotóxico no café. Essa produção de café foi barrada lá na Alemanha. Propuseram: *“Então, vamos vender como café tradicional”*. Não pôde ser vendido como café tradicional na Alemanha porque a



quantidade de agrotóxico encontrada naquele café era completamente acima dos padrões exigidos.

Existe uma situação realmente muito fora do controle. Eu acho que a principal questão colocada aqui por esta plenária é por que agrotóxicos proibidos com base científica em vários países do mundo são vendidos livremente no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Cabe-me agora substituir o Deputado Nilto Tatto.

Eu vou fazer duas coisas, se as senhoras e os senhores permitirem. A primeira, transmitir as perguntas de alguns internautas. A segunda, fazer uma proposta de encaminhamento.

Essa proposta de encaminhamento segue na direção de entender se há condição de nós darmos um passo adiante neste tema aqui no Congresso — vejo aqui membros da Câmara que representam o agronegócio — e assim nós chegarmos a um consenso sobre se nós poderíamos promover um debate produtivo de todas as partes aqui.

Primeiro, eu vou fazer as perguntas dos internautas para quem puder respondê-las, e aí vamos tentar fazer a síntese. Até peço à assessoria que, se puder, chame de volta o Deputado Adilton Sachetti. Ele foi para a CCJ. Falou: *“Você pediu para eu ficar, eu fiquei, falei, mas ele já tinha saído, e aí pediram para eu ser relator de um projeto na CCJ”*.

Jeferson Fonseca faz a seguinte pergunta: *“Há alguma forma de certificação para produtos orgânicos que seja acessível para os pequenos produtores? Como a população pode verificar a validade dessa certificação?”*

A segunda pergunta é do CORV: *“Por que não acabar com o Imposto de Importação de equipamentos e produtos de qualidade que permitem maximizar a produção de forma limpa e diminuir cada vez mais o uso de agrotóxicos?”*

Depois uma terceira pergunta com essa mesma abreviatura — CORV: *“Por que não isentar o produtor rural de pagamento de tributos relacionados à contratação? Se você pode contratar o dobro de pessoas pelo mesmo custo, certamente ficaria muito mais fácil contornar problemas com pragas, se ele puder ter mais gente para controlar isso, usando menos agrotóxico”*.

É uma matéria estranha ao nosso objeto.



Igor Rios: *“Por que não tornar obrigatória na embalagem dos produtos comercializados os agrotóxicos usados na plantação de tal alimento e seus possíveis danos à saúde?”*

Vou pedir que alguém responda a primeira, a do Jeferson; a segunda, por que não acabar com o Imposto de Importação, e a terceira, do Igor Rios, por que não tornar obrigatória na embalagem a identificação dos agrotóxicos usados e seus eventuais danos à saúde. Quem pode responder?

Depois, vou fazer uma proposta de debate. Eu já fui relator aqui de um Código. Em matérias importantes, ou se chamam todos os lados para o debate, ou não amadurece a ideia, e acho que esta questão aqui está paralisada pela falta de diálogo de todos os lados.

Então eu vou passar às respostas, e depois fazemos aqui as propostas de encaminhamento. Quem pode responder essas três questões?

**(Não identificado)** - Nós fomos bastante provocados também. Acho que precisamos dar um retorno, por pelo menos de 5 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - De vocês todos? Está bem. Quem puder incorporar também as respostas, por favor, o faça.

Vamos começar pela Sra. Marina Lacorte.

**A SRA. MARINA LACORTE** - Começo respondendo às perguntas ou posso responder algumas dos internautas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Você escolhe, mas acho melhor responder às perguntas feitas aqui anteriormente.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Presidente, vamos por partes. Vamos responder às perguntas ou fazer um debate, porque depois tem de haver a tréplica.

**A SRA. MARINA LACORTE** - Mas é que o senhor fez algumas perguntas também. Então acho que preciso responder.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Só queria ver como será a condução.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Acho que podemos passar a palavra para elas, e depois passo a palavra para o senhor.



**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Então vamos até às 10 horas da noite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Até às 10 horas estamos aqui disponíveis e dispostos.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Eu não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Não sei se alguém tem que pegar avião. Mas, vejam, evidentemente nós passamos para as considerações delas, e depois passo a palavra V.Exa. também, para as eventuais questões que V.Exa. tiver.

**A SRA. MARINA LACORTE** - Sim, nós também vamos tentar ser bem breves e objetivas.

Primeiro quero falar sobre a missão do Greenpeace, que foi questionada aqui, que é proteger o meio ambiente e, sim, apresentar soluções. Apenar a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos é uma delas. Toda vez que lançamos uma campanha, mostramos um problema, denunciemos um problema e, sim, propomos uma solução. Nesse caso estamos propondo iniciar a redução de agrotóxicos.

O nosso dinheiro vem todo de doação de pessoas físicas, não temos doações de empresas, por exemplo, por mais transparente que o senhor diga que são. O dinheiro vem só de pessoas físicas. O Greenpeace é uma organização internacional. Ele existe em diversos países do mundo, assim como as empresas de agrotóxicos também estão em vários países do mundo, financiando muitas propagandas políticas, campanhas políticas. Enfim, nós recebemos dinheiro somente de doação de pessoa física, não de empresa.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARINA LACORTE** - Oi? Não entendi.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARINA LACORTE** - Mas é pessoa física. Mesmo quando são fundações nós fazemos um super-histórico delas, justamente porque sabemos que muitas pessoas tentam desqualificar o trabalho do Greenpeace, embora tenhamos um trabalho bastante sério.

Da mesma forma também senti certo desrespeito, porque aqui foram apresentados inúmeros dados com muitas referências e fontes científicas. Eu



convido o senhor a procurar, de repente individualmente, as pessoas que apresentaram esses dados. Se o senhor quiser mais informações, ou quais dados são esses, de onde vêm essas fontes, eu acredito que todo mundo esteja extremamente disponível para passar. Pode ser por *e-mail* inclusive, se não quiser entrar em contato. Enfim, acho que isso era o mais importante a ser respondido.

Há algumas outras coisas que o Deputado falou em relação, por exemplo, à produtividade, que só temos esse número de pessoas hoje por conta dos alimentos. Olha, eu acho que tudo tem um propósito, mas não é por isso que temos que continuar, sabendo que faz mal. Por exemplo, lá trás os agrotóxicos tiveram propósito para a erradicação da fome, ou talvez tenha sido para industrializar e poder enviar alimentos para a guerra, porque não havia alimentos. Enfim, não é mais a situação atual. Nós temos condição de fazer de outra forma. Isso já foi mostrado. Então, a questão é iniciar essa transição.

Se houve um propósito lá atrás, hoje não há mais. Chumbo também foi muito utilizado, e depois se descobriu que era um veneno. Aliás, falando em veneno, remédio se chama droga também, toma-se quando se está doente, mas se evita.

Existem outras formas de fazer agricultura. Ninguém está condenando o produtor, ninguém está condenando a agricultura em si. Estamos, sim, condenando essa forma de se fazer agricultura, porque ela é muito insustentável e vai colocar em risco a nossa produção no futuro.

Vou responder às perguntas dos internautas. A primeira, do Jeferson, é sobre a forma de certificação. Existem algumas formas de certificação que custam menos, que são as participativas, como o Cadastramento de Organizações de Controle Social, chamado de OCS — talvez a Kelli possa falar um pouco melhor sobre isso —, como se fossem um pacto entre os agricultores. Isso vai depender muito da confiança do comprador e do consumidor em relação à origem do que eles estão comprando, o que o nosso sistema de distribuição e comercialização infelizmente acaba dificultando muito, pela escala. Isso é bastante limitado, realmente.

Uma certificação orgânica dessas de selo realmente custa caro, e isso ocorre justamente por falta de incentivos. Essa certificação esbarra muito nessa falta de incentivos, que a agricultura convencional tem muito, e a agricultura agroecológica não tem.



Hoje, alimentos orgânicos são, sim, uma produção de nicho. Poucos conseguem acessá-la. Alguém falou sobre isso aqui. O Deputado disse que costuma comer alimentos orgânicos sempre que possível, o próprio Presidente da Casa também mencionou isso, quando lhe entregamos a PNaRA — Política Nacional de Redução de Agrotóxicos. Claro, todo mundo, sempre que possível, vai querer comer alimento orgânico, porque não quer comer nada com resíduos de agrotóxicos. O problema é que a maioria não pode. E, para se transformar isso sem ser uma coisa de nicho, tem-se que aumentar a escala.

Por esse motivo, temos que fazer a transição de boa parte do plantio convencional para o agroecológico, o que vai diminuir custos. Talvez no futuro nem vá mais ser tão necessário esse tipo de certificação, que deixa isso limitado a um nicho.

Em relação à isenção tributária, a agricultura convencional conta muito com ela. São necessários isenção fiscal e programas para a agroecologia. Existe até uma ADI do PSOL tramitando aqui na Casa ou no Supremo, eu não sei agora o grau de tramitação, mostrando que a agricultura convencional tem muita isenção, e precisamos começar a equilibrar mais isso. E acho que, sim, temos que achar um equilíbrio.

Não sou produtora, mas sou engenheira agrônoma, e acho que precisamos, sim, começar a discutir esse tema. Nós apresentamos muitas soluções aqui. Realmente, esse debate precisa começar a acontecer sem tanta defensiva. É preciso reconhecer que há o uso indiscriminado de agrotóxicos. Se ninguém quer usar agrotóxicos, ótimo. Vamos começar a reduzir? Vamos começar primeiro colocando em prática essa política e fazendo a coisa com responsabilidade?

Ainda há 800 milhões de pessoas no mundo que passam fome e 1,9 bilhão de pessoas obesas. Alguma coisa está muito errada com o nosso sistema, e não é só uma questão de produtividade.

Vamos pensar, sim, nas soluções que foram trazidas aqui e que são apresentadas em vários outros fóruns.

Acho que é isso. Finalizo e agradeço, mais uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Muito obrigado, Marina Lacorte, que representa o Greenpeace.





Agora, passo a palavra à Carla Bueno, que representa a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

**A SRA. CARLA BUENO** - Eu vou ser bastante breve.

Primeiro, quero comentar sobre algumas questões que o Deputado Adilton Sachetti trouxe. Por isso, peço que coloquem na tela o dado dos 30%, cujo *link* eu passei.

Inúmeras vezes, somos convidadas para participar de eventos nesta Casa e inúmeras vezes somos um tanto quanto desqualificadas, não é? Então, eu queria apresentar aqui para o Deputado Sachetti e também para o outro Deputado. Esta é uma Mesa 100% de mulheres e 100% de Deputados homens. *(Risos.)*

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. CARLA BUENO** - Eu acho que o dia de hoje foi bastante produtivo no sentido de que iniciemos, como afirmei na primeira minha fala, um debate transparente e honesto sobre este tema. Nós estamos convidando e desafiando amistosamente inclusive os setores do agronegócio para fazer este debate.

Nós da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos já encontramos o Deputado Valdir Colatto em alguns momentos. O Deputado, com certeza, já conhece o dossiê da ABRASCO — Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, que contém muita ciência, muita pesquisa, muitos dados. E não há só esse material, um monte de coisas foi produzido.

Eu citei também o Congresso Brasileiro de Agroecologia, que apresentou não só muitos trabalhos científicos em torno da produção agroecológica, mostrando a sua viabilidade, como também a sua própria produção. No congresso havia uma feira com alimentos orgânicos e toda a diversidade desse tipo de produção.

Quero enfatizar que esse discurso de autoridade, que naturalmente existe dentro desta Casa, não ajuda no debate democrático, porque nós que estamos nesta Mesa podemos não estar inscritas como pesquisadoras de algum lugar, mas representamos a sociedade civil, a população, essa maioria que, como o Deputado colocou, é quem determina a democracia. Nós representamos esse conjunto de sujeitos, pessoas sem-terra, quilombolas.

A Campanha Permanente contra os Agrotóxicos envolve setores da saúde, e organizações e instituições de pesquisa bastante renomadas. Estou dizendo isso



porque é sempre bastante complexo fazer o debate quando há iniciativa de desqualificação de alguma parte. Eu acho que isso não ajuda. Acho que podemos travar o debate de uma forma mais amistosa e honesta.

Abordarei alguns pontos bem objetivamente. O Deputado Sachetti falou sobre os transgênicos. Os transgênicos aumentaram de 2003 para 2014. Em 2003, tínhamos 3 milhões de hectares de plantação de transgênicos no Brasil — 3 milhões. Em 2014, nós tínhamos 44,2 milhões. As *commodities* — soja, milho, cana e algodão — recebem 75% dos agrotóxicos utilizados no Brasil.

Esses dados são de 2013, esse dado de que 75% são utilizados em *commodities*. Vejam, os dois principais transgênicos usados no Brasil hoje estão relacionados a soja e milho. E os patamares de uso de agrotóxicos aumentaram a partir de 2014 abruptamente. Então, se nós olhássemos um gráfico — infelizmente eu não me organizei para colocá-lo, mas posso até fazer isso depois —, a curva de aumento seria assim, de 2004 para cá. Uma das responsabilidades é dos transgênicos.

Quanto à maioria dos transgênicos aprovados pela CTNBIO, a grande motivação para aprová-los é serem resistentes aos agrotóxicos. Não se trata de ser resistente à lagarta, ser resistente à ferrugem, mas sim de ser resistente ao veneno que é aplicado nessa cultura. Então, o transgênico vem combinado com o agrotóxico, eles vêm de mãozinhas dadas. Formam uma “dupla sertaneja”. O transgênico e o agrotóxico vêm sempre combinados. Essa é a lógica da produção transgênica no Brasil.

Para encerrar, eu gostaria de fazer uma proposta — foi feita inclusive por companheira que está nesta Mesa, Deputado Paulo Teixeira —, e espero que possam acolhê-la. Sugiro uma visita técnica ao maior produtor de açúcar orgânico do mundo, que apareceu no vídeo que nós compartilhamos também. Quero convidar os Deputados, entre eles o Deputado Valdir Colatto, para conhecerem a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio Grande do Sul. É o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. (*Pausa.*) Já conhece, não é? Quero dizer que serão todos muito bem recebidos e poderão conhecer essas nossas experiências que são de sucesso e, sim, alimentam a população.

Obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Muito obrigado.

Eu já combinei com a Kelli. Vou passar a palavra primeiro para Ubirani Otero, que precisa pegar um voo dentro de pouco tempo.

**A SRA. UBIRANI OTERO** - Peço desculpas. De fato, terei que sair, porque o avião sai logo mais, às 19 horas.

Só quero pontuar algumas coisas, porque eu acho que a minha fala foi um pouco distorcida, pelo menos o entendimento dela. Eu não falei, em momento algum, que 600 mil casos de câncer estão associados ao uso de agrotóxicos, mas certamente uma parcela dele está sim. Alguns estudos nacionais já conseguiram quantificar isso, principalmente no que diz respeito à mortalidade por câncer. Eu tenho todas as fontes, estão ali, são todos artigos publicados internacionalmente inclusive.

Quero dizer a vocês que estou representando o Instituto Nacional de Câncer. Alguns pesquisadores do Instituto participaram pessoalmente das avaliações desses agrotóxicos na IARC, que é a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer. Não se trata de falácia. A IARC classifica um agente com potencial cancerígeno somente depois que tenham sido feitos todos os estudos possíveis, avaliados os estudos existentes no mundo inteiro. Eles fazem essa classificação baseados em evidências. Então, isso não é falácia nem conto da carochinha.

Eu tenho certeza de que, em pouco tempo, à medida que o tempo for passando, mais evidências vão surgir, dentro e fora do País.

Agora faço esta pergunta: nós precisamos ver mais pessoas morrendo, adoecendo, para acreditarmos que os agrotóxicos fazem mal à saúde? Eu vim falar de câncer, não vim falar de outros eventos da saúde, mas nós não podemos deixar de pontuar os quadros de intoxicação aguda já registrados no sistema de informações do SUS, o SINITOX, o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Isso não é uma falácia. Os casos vêm aumentando a cada ano. E nós acreditamos que há subnotificação. A cada caso notificado, pelo menos dez não são.

Essa fala que eu lhes apresentei hoje fiz 13 anos atrás aqui em Brasília, num seminário da ANVISA. E hoje nós ainda estamos discutindo as mesmas coisas. Qual é o preço que estamos dispostos a pagar para manter esses ingredientes ativos,



esses venenos no nosso meio? O preço da saúde, o preço social do uso desses compostos é grande demais. E nós só sabemos disso quando alguém da nossa família adoece de câncer ou de alguma outra enfermidade crônica.

Eu acho que isso é o que eu gostaria de deixar para que vocês pensem a respeito. Eu sou nutricionista de formação, mas fiz mestrado, doutorado em Epidemiologia, trabalho no INCA, nesta unidade que já mencionei, a de câncer relacionado ao trabalho e ao ambiente, desde 2001. Há muitos anos, eu venho estudando esta questão junto com os meus colegas de trabalho, a questão dos agrotóxicos. Eu acho que nós precisamos parar de ficar falando a respeito disso e partir, de fato, para a ação.

Eu não acredito, Deputado, que vamos abolir isso de uma hora para outra. Amanhã não vamos acordar e dizer que acabou o agrotóxico, mas temos que começar, como a colega falou, a pensar nisso com seriedade e agir de forma que nós possamos, em pouco espaço de tempo, ver fora do nosso País esses produtos químicos. É a prevenção do câncer perfeita. O que de melhor nós podemos fazer em relação à prevenção do câncer é eliminar os agentes que o estão provocando.

Não existe melhor forma de prevenção do que a eliminação do agente que está causando o câncer, porque não existe nível seguro de exposição quando o agente é classificado como cancerígeno. Não existe. Eu não posso afirmar que uma pessoa que esteve exposta durante 1 ano em seu trabalho na lavoura, misturando uma série de produtos químicos, vai estar livre dos efeitos dos agrotóxicos se amanhã ela resolver trocar de ocupação, exercer outra atividade, porque não existe nível seguro de exposição. Aquele ano, aquele mês em que ela trabalhou intensamente com produtos químicos pode ser suficiente para estartar um processo de iniciação de tumor, principalmente de tumores hematológicos, cujo período de latência é menor do que o dos tumores sólidos.

Temos observado o aumento dos casos de leucemia, o aumento dos casos de linfoma não-Hodgkin na nossa população brasileira, sobretudo nessas análises que são feitas com a população rural. Quanto a utilização de produtos, exposição a eles, o que há de diferente entre a população rural e a população urbana? Eu não vejo outra resposta a não ser o uso de agrotóxicos. Em relação a muitos deles, já



existe classificação e reconhecimento internacional do efeito mutagênico e genotóxico deles. Então, nós precisamos encarar isso com mais seriedade.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Agradeço a presença e a contribuição, Dra. Ubirani Otero. Mande um abraço ao INCA, a todos os seus profissionais. Vamos continuar esse debate.

Kelli seria a próxima oradora, mas Ana me disse que também está com problema de horário de voo. Posso, então, passar a palavra para a Ana?

**A SRA. KELLI MAFORT** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Ana está com a palavra.

**A SRA. ANA MARINA MARTINS DE LIMA** - Eu vou me apresentar direitinho, já que vocês tiveram dúvida. Eu sou Ana Marina Martins de Lima. Sou bióloga, sou profissional de química. Fui funcionária do CEATOX, que é o Centro de Toxicologia do Hospital de Clínicas de São Paulo.

Primeiro caso de intoxicação que atendi: suicídio de trabalhador rural. O primeiro caso sempre nos marca.

Outra coisa: sou do Fórum Paulista, e vou falar em nome de todos, já que fui desqualificada aqui. O pessoal falou: “*Não, é só uma ONG*”. Não é isso, não, minha gente! O Fórum Paulista, assim como outros 20 fóruns que existem aqui em nível nacional, compreende especialistas. Em nossa equipe mesmo há geógrafos, economista, pessoal do campo, biólogos, profissionais do direito, e há também os conselhos de classe que nos acompanham. Cito ainda o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública, a sociedade civil. As pessoas mais humildes também nos acompanham.

Quanto à apresentação, as referências são científicas. Foram lidos 70 artigos. Selecionei só alguns para vocês. Todos têm referências científicas. Quanto ao que falei, ao que pontuei, tenho convencimento de que é fato, é realidade. O pessoal fez a pesquisa, eu estou simplesmente falando sobre isso. Foi feita uma leitura, foi feito um estudo. Eu acho que vocês têm que ter esta responsabilidade: quando se referirem a qualquer palestrante de qualquer lugar, pelo menos chequem quem é a pessoa que está falando com vocês, porque todo mundo aqui merece respeito.

É isso.



Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Muito obrigado, Ana Marina Martins de Lima.

Passo a palavra a Kelli Mafort.

**A SRA. KELLI MAFORT** - Eu gostaria muito que todas nós mulheres nesta Mesa estivéssemos erradas em relação aos elementos trazidos aqui, muitas vezes por impressões a partir da nossa prática, que também são válidas, e também por pesquisas científicas que foram divulgadas.

Quero dizer que sou agricultora, mas, para falar sobre esse assunto, poderia não ser. Qualquer pessoa da sociedade pode falar a respeito desse tema. Por quê? Essa questão dos agrotóxicos está todos os dias na nossa mesa, está todos os dias no nosso prato. Então, é preciso conversar muito a respeito disso.

O Deputado Adilton Sachetti trouxe vários elementos, deu vários exemplos sobre a necessidade do uso de agrotóxicos. Em todos os exemplos dele, eu, como agricultora, notei a ausência de um trabalho que é fundamental, o de enriquecimento do solo. Não há como ter uma planta sadia, que precise de menos ou não precise de agrotóxicos, se não se trabalhar com o alimento do solo. Então, acho que parte também da nossa discussão, de uma grande transição que o Brasil precisa fazer para redução de agrotóxicos, passa pelo debate sobre o solo.

Como vão continuar esse debate aqui na Comissão, eu queria sugerir que parte dos estudos técnicos fossem feitos a partir disso, senão vamos ficar falando o tempo todo da planta, mas a planta está num ambiente. Eu acho que nós precisaríamos aprofundar um pouco essa discussão também.

Mas o Deputado Adilton Sachetti disse uma coisa muito importante, que eu acho que é um ponto em comum com esta Mesa. Ele disse que é preciso, de fato, reduzirmos os agrotóxicos e trabalharmos pela linha do banimento daquilo que é banido no mundo. Se conseguirmos, nesta Comissão, estabelecer esses dois aspectos, já haveria um grande avanço.

Transgênico. Se fosse tão bom, não existiria toda uma campanha para retirar a identificação dos produtos. Eu acho que hoje foi aprovado no Senado — não estava na pauta, mas foi aprovado — o PLC 34/15, em que se autoriza a retirada do T que identifica o produto transgênico. Eu acho que isso é um grave desrespeito ao



direito do consumidor. Se de fato fosse tão bom, não teria por que essa informação não estar acessível para toda a população.

Da forma como foi feita a discussão hoje, é bastante grave. Eu acho que nós temos todo o direito, como sociedade, de reivindicar que isso não vá adiante, não seja sancionado.

O Deputado Colatto se referiu aos 7,5 bilhões de pessoas. Há as que se alimentam. Eu queria também reforçar este elemento: há as que passam fome.

Existe hoje uma realidade que é um desafio para todos nós, para o senhor também, como Deputado. Há abundância de alimentos no mundo, mas há também dificuldade de acesso a essa alimentação. Por que 800 milhões de pessoas não têm acesso a alimentação?

No Brasil, por que ainda existem muitos desertos alimentares? Em cidades como São Paulo, por exemplo, as pessoas têm que andar mais de 1 quilômetro para poder ter acesso a alimento *in natura*. O que a criança come? Ela come bolacha recheada, produtos industrializados. Esse problema, que gera obesidade, tem a ver com a nossa discussão aqui, eu acho, porque esse deserto alimentar faz com que as pessoas tenham pouco acesso à alimentação *in natura* e, quando elas têm acesso à alimentação *in natura*, muitas vezes essa alimentação está intoxicada. Isso é um grave crime, que nós precisamos combater. De fato, está na ordem do dia trabalharmos a questão da redução.

Como disse o Deputado Amauri Teixeira, esse uso abusivo da água causa muitos conflitos hídricos. Existem muitos conflitos sociais por conta da água. Muitas vezes nós damos muito destaque a conflitos de terra, outros conflitos, mas o conflito hídrico também está muito relacionado a isso. Essa agricultura artificial, que é muito dependente de insumos e de agrotóxicos, é uma enorme consumidora de água.

É preciso refletirmos bastante sobre essas questões, para que possamos avançar e achar possíveis pontos em comum nessa discussão.

Vou responder ao internauta que perguntou sobre certificação orgânica. É possível que nós façamos certificações que não necessariamente sejam realizadas com selo através das empresas. Eu mesma participo de certificação, a certificação das OCS, que são organizações de certificação social, em que agricultores e também consumidores estabelecem cooperação para que possam inclusive se



responsabilizar por esse tipo de produção dentro da agrofloresta, que é uma dessas opções.

Então, amigo internauta, existe sim possibilidade de furarmos esse bloqueio e fazermos com que a agricultura orgânica, de base agroecológica, agroflorestal, seja responsável por alimentação de massa, a que possa ter acesso toda a população brasileira.

Mais uma vez, obrigada pelo convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Muito obrigado, Kelli Mafort.

Vou passar a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues e, depois, vou fazer uma proposta de encaminhamento, para análise. Ouviremos os demais Deputados. O Deputado Valdir Colatto já está se inscrevendo.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Tenho o dever de parabenizar os autores, os três Deputados que propuseram esta audiência. Infelizmente, temos que nos dividir. Acabo de vir de uma atividade que aconteceu fora do Parlamento. Aqui, peguei apenas das palestras. Peço desculpas por isso, mas quero parabenizá-los pela qualidade do que pude ouvir das exposições e também do debate neste momento.

Nós temos dificuldades de mudar determinados padrões de comportamento, inclusive comportamentos produtivos. A realidade vai nos impondo mudanças. Mesmo os resistentes terão que pensar. O imediatismo pode representar lucro para algumas grandes corporações, mas pode representar também a desgraça para os netos de quem está festejando o lucro. Acho que é o compromisso com o futuro que deve estar pautado.

Hoje, uma das manifestações minhas na tribuna foi feita para parabenizar a 5ª Vara da Justiça Federal em meu Estado, que paralisou a exploração de uma usina de níquel comandada pela Onça Puma, que pertence à Vale do Rio Doce.

Para que tenham uma ideia, lesões dermatológicas, angiodermatites deformantes, cefaleias atingiram tanto os indígenas xicrins, caiapós que a indenização proposta chega a mais de 50 milhões. Então, vai se tornar insustentável mesmo o empreendimento da Vale. Mas é importante que se torne insustentável, se for necessário, para se garantir o equilíbrio ambiental e o respeito à vida de uma comunidade que sofre pressão de 14 empreendimentos mineradores.





Sabem qual é o principal problema? A contaminação do rio na cidade de Ourilândia do Norte, no sudeste do Pará, por níquel. A água e os peixes estão contaminados. É realmente possível fechar os olhos para essa situação? Não é possível.

Na semana passada, eu li um artigo de Elizabeth Carvalhaes. Não sei se a conhecem, porque me parece que ela não é propriamente de uma ONG ligada a movimentos sociais. Ela é Presidente-Executiva da Indústria Brasileira de Árvores — IBÁ e Presidente do Comitê de Meio Ambiente e Energia da International Chamber of Commerce — ICC Brasil. Então, é uma pessoa ligada à produção, ao capital. Ela o inicia dizendo que nós temos um compromisso. Em dezembro de 2015, 190 países assinaram um compromisso em Paris.

Ela disse o seguinte: *“Nós, brasileiros, já conhecemos nossas metas: reduzir as emissões dos gases do efeito estufa em 43% frente a 2005; restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas (...)”*. E o que vemos é a autorização, no caso da RENCA, que 4 milhões e 700 mil hectares autorizados sejam avassalados. Propõe-se uma redução brutal. No novo projeto, são 26% de redução do Parque Nacional Jamanxim.

Então se trabalha contrariamente ao que está assinado como compromisso do nosso País.

Ela diz mais, e isto aqui é muito bom: *“(...) incentivar a integração de lavoura, pecuária e florestas (ILPF) em 5 milhões de hectares; zerar desmatamento ilegal (...)”*. É contraditório isso. Se é ilegal, por que ele existe? Eu até criticava Dilma em relação a isso, por conta do esforço. O mundo todo achava que era avançada a proposta, mas eu questionava: se é algo ilegal, por que vamos deixar dessa maneira até 2030? E eu tenho uma descrença quanto a se zerar isso até 2030. Parece que a minha previsão, com muita infelicidade para mim e para milhares de vítimas, acaba se configurando como realidade.

E segue o texto: *“(...) atingir 45% de energias renováveis no mix brasileiro, sendo 18% em bioenergia; e expandir o consumo por biocombustíveis”*.

Eu fiz questão de citar esse artigo porque ela fala sobre NDC, sobre Contribuições Nacionalmente Determinadas. Ela mostra também, até para quem tem resistência, que é uma questão em relação a que nós podemos influenciar,



Deputado Teixeira. *“Estima-se que o investimento para cumprir a NDC brasileira supere os R\$ 750 bilhões”* — temos que cobrar do Estado brasileiro investimento para cumprimento dessas metas — *“dos quais R\$ 119 bilhões em reflorestamento para fins produtivos, R\$ 51 bilhões em restauração florestal e R\$ 50 bilhões em ILPF (...)”*.

Falando em ILPF, eu assisti a um documentário recentemente sobre Fordlândia, no Pará. Aqueles milhões de seringueiras, por alguns poucos anos, produziram, e de repente as árvores começaram a adoecer, sofrendo as fitopatologias. Todo o empreendimento, o investimento de bilhões, àquela altura, no início do século XX, foi jogado no esgoto por um empreendedor do porte de Ford.

Mas por quê? Porque a Amazônia não comporta monocultura. Na Amazônia ou em qualquer lugar, monocultura significa uso de agrotóxico. Se se quebra a diversidade biológica, vai-se ter que usar agrotóxico, para impedir gafanhoto e outras pragas. Essa é a questão.

Nós vamos continuar batendo com a cabeça, como se fôssemos Ford no início do século XX, meu Deus? Esse compromisso assinado pelo Brasil fala em consorciar espécies diferentes, inclusive no caso da pecuária, da pequena produção de animais. Por que não? Está provado que isso viabiliza equilíbrio ecológico, cria e até recria uma biodiversidade favorável ao não uso de agrotóxicos.

Eu sou da Amazônia, sou de Belém. Já fui Deputado Estadual. Fui inclusive ameaçado por capangas armados, numa madrugada, porque estava cumprindo a minha função de visitar uma produção de dendê onde pessoas moravam sob lona e estavam literalmente amarradas pelos pés à estirpe da palma. As mãos dos operários todos — eles não queriam que nós as víssemos — estavam totalmente destruídas, por uso de agrotóxico. Não é possível que isso seja normal.

Eu fiquei bastante impressionado com alguns dados. Mas, quando fui pesquisar publicações recentes, vi no *El País*, que não é um panfleto de esquerda, uma matéria que vocês devem ter lido: *“O ‘alarmante’ uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos”*. E o primeiro parágrafo é simplesmente chocante: *“Imagine tomar um galão de cinco litros de veneno a cada ano. É o que os brasileiros consomem de agrotóxico anualmente (...)”*



Isso veio de alguma ONG financiada pelos países? Pergunto isso porque esse discurso é muito forte aqui. Quando se quer combater o direito indígena, a pequena produção familiar, o direito de os sem-terra terem terra e serem assentados, usam-se as ONGs que estão manipulando indígenas com interesses externos. Os mesmos que fazem isso são os que estão aprovando a alienação de terras nacionais, de terras públicas em favor de empresas estrangeiras.

Mas quem está falando aqui? Acabou de sair daqui um representante do INCA, que, por ter uma cara que poderia ser de um paraense como você, parece ser um analfabeto querendo falar sobre o que não entende. Vocês têm que aprender a respeitar! Não se ganha de presente um doutorado. Não se aprova uma tese de doutorado sem passar por uma banca de alto nível, com pós-doutores. Não é brincadeira! Isso é pesquisa científica e tem que ser respeitada.

Aí não há um discurso político apenas. É uma contribuição à humanidade e a técnicas humanizadoras da produção de alimentos.

Há um dado que é inquestionável hoje: realmente a produção familiar detém hoje 26% das terras agriculturáveis, e os outros 74% estão na mão do agronegócio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Concluo. Mas o que não se diz é que a maior parte do alimento produzido pelos grandes produtores serve de alimento para quem subsidia a produção de gado, por exemplo, na Europa e nos Estados Unidos.

Então, não é admissível que mais de 50% do alimento consumido aqui esteja contaminado — dados da ANVISA, do INCA e da Organização Mundial da Saúde. A ANVISA é alguma ONG ou é um órgão do Estado brasileiro? O INCA é alguma ONG financiada para servir a interesses do imperialismo norte-americano?

Acho que temos de fazer um debate sério. Esta Casa tem muito a contribuir com o desenvolvimento do País. Acho que, se o fim do uso do agrotóxico fosse estabelecido como um decreto, para ser cumprido imediatamente, não haveria polícia ambiental para fazer cumprir a lei. Isso inviabilizaria a produção, então, nesse sentido, concordo com quem vive do agronegócio.



Agora, não podem fechar os olhos ao problema e deixar que as coisas não só fiquem como estão, mas até acabem piorando. Um dos dados mostra que, enquanto o crescimento do uso do agrotóxico no mundo é de 90 e poucos por cento, aqui é de 180% em 1 década.

Então, há caminhos técnicos seguros. Ver uma camponesa nos ensinando é muito bom. Eu sou arquiteto, mas sou professor da Universidade Federal Rural da Amazônia, então, aprendo sempre com camponeses e com alunos. E aprendi muito aqui.

Queria parabenizar vocês pela forma respeitosa e sábia como apresentaram aqui as suas teses. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues.

Os internautas que também quiserem ver suas perguntas respondidas podem enviá-las para o *forumpaulistaciat@uol.com.br*.

Deputado Valdir Colatto, no início desta sessão — eu sou um dos autores do requerimento —, eu disse que precisávamos evoluir nessa temática no sentido de retirá-la de qualquer debate de natureza política e construir um critério objetivo para a solução. E eu propus que esse critério objetivo fosse a proibição no Brasil de toda substância que estivesse proibida lá fora, como, por exemplo, nos Estados Unidos, na Europa. Faríamos um acordo com relação a essa proibição, porque não é certo que nós usemos aqui substâncias que outros povos entendam como veneno.

Essa é a proposta de acordo que nós queremos buscar aqui. Eventualmente, faremos um debate de busca de consenso, e não de dissenso. Certamente essa é a questão.

Estava aqui o Deputado Adilton Sachetti. Eu não pude ouvir a fala de S.Exa., mas, pela fala da Kelli, ele teria dito mesmo que nós deveríamos nos debruçar para proibir aqueles produtos que fazem mal e já são considerados nocivos no exterior, onde existem comunidades científicas tão avançadas.

Acho que é isto que nós precisamos consultar: se podemos chegar a um acordo dessa natureza com todos os intervenientes aqui, com respeito a todo mundo. Certamente, se há alguém que contribui para o Greenpeace que pode ser um empresário, ele também vai contribuir para uma campanha política e vai tentar



influenciar igualmente. Mas nós não queríamos ir pelo campo periférico, mas pelo campo central.

Fiquei muito impressionado hoje. Acho que, cada dia mais, as mulheres têm ocupar o espaço público. E, hoje aqui, ele foi ocupado tão bem e competentemente por seis mulheres que, em minha opinião, foram muito consistentes e sérias nas suas manifestações.

Então, eu trago esta proposta. Eu tenho um projeto sobre a proibição de 20 princípios ativos. Nós poderíamos dar uma olhada nesse projeto para ver se esses 20 princípios ativos são considerados nocivos ou não e, se for o caso, por que não o são.

Acho que nós deveríamos buscar um acordo, porque eu não creio que ninguém defenda a comercialização e a utilização, aqui no Brasil, de um princípio ativo que é considerado veneno no exterior. Não me passa pela cabeça que isso possa existir. Por isso, eu queria sair de um debate político e ir para um debate mais prático, com critério objetivo. Vamos adotar um critério objetivo, porque, aí, saímos de qualquer nível de subjetivismo. Portanto, eu quero propor isso.

Como eu disse, quando posso — porque não é sempre que se pode —, eu me alimento com produtos orgânicos. Mas não quero discutir o meu estilo de vida aqui. Eu espero que, em algum momento, a humanidade chegue a essa conclusão de que o alimento orgânico será bom para todo mundo.

Na condição de legislador, eu quero discutir um critério objetivo para este Parlamento. Vamos adotar um critério em que nós visitemos o mundo, possamos recolher quais substâncias são proibidas e aprovemos sua proibição no Brasil. Essa é a minha proposta de um critério objetivo para o debate.

Então, passo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Obrigado, Deputado Paulo Teixeira.

Eu só queria explicar que acho que a proposta de V.Exa. é pertinente, é objetiva. Aqui nós viajamos muito, e os resultados, às vezes, são demorados. Eu acho que todo mundo quer o que V.Exa. propõe.

Mas ocorre que existe um sistema aqui no Brasil — não sei se V.Exa. acompanha isso —, em que, para registrarmos uma molécula nova, um produto novo, nós chegamos a levar 10 anos de análise, análise, análise e análise. Isso está



fazendo com que nós utilizemos aqui moléculas e produtos que não se usam mais lá fora, por falta de nossa agilidade em trazer novos produtos, menos tóxicos e menos problemáticos.

Isso acontece porque, na nossa burocracia brasileira, não se anda. É a ANVISA, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente. Um estuda por 1 ano, outro, por 2 anos, outro, por 3 anos. É assim que está acontecendo. Esse é o problema que temos.

Vou dar um exemplo bem claro. Existe a lagarta da soja, a *Helicoverpa armigera*, que atacou a soja no ano passado e no ano retrasado — neste ano atacou menos. Existe um produto para combater essa praga que não tem registro no Brasil, embora o pedido de registro esteja aqui há mais de 10 anos. Nós tivemos que importar esse produto. A Presidenta Dilma fez um decreto para permitir a entrada do produto aqui no Brasil, para atacar essa praga que estava acabando com as lavouras brasileiras e nos deu um prejuízo de 20 bilhões de reais. Tudo isso ocorreu porque o produto não tinha sido registrado aqui.

O mesmo acontece com a fruticultura, por exemplo. Qual é o problema da fruticultura hoje? Não existem produtos registrados para as pequenas culturas, porque as grandes empresas não têm interesse em gastar com isso. Para criar uma molécula, segundo elas, custa 300 milhões de dólares. E, como elas não têm interesse em desenvolver uma molécula dessas para tomate, para cebola, para pequenas culturas, porque isso não tem volume de venda, elas não registram o produto. Por isso, então, esses produtos não têm registro aqui. E o que acontece? As pessoas usam produtos não recomendados numa hortaliça, numa fruta, o qual, lá na análise, aparece como resíduo. É esse o problema.

Por isso, a ANVISA usou uma nova metodologia de análise e chegou à conclusão de que 99% dos produtos não têm problema com agrotóxico. Por quê? Porque ela pensou o seguinte: “*Bom, se você pode usar um produto para a maçã, pode usar para o pêssego, porque são da mesma família, a das rosáceas. Então, a praga é a mesma*”. Só que o produto está registrado para uma cultura e não está registrado para a outra. Embora seja o mesmo produto, na cultura para a qual ele é recomendado, não existe resíduo, e, na cultura para a qual não é recomendado, existe resíduo.



São algumas coisas que vemos no Brasil! Quando nós nos aprofundamos nesse processo, vemos que, às vezes, as pessoas criminalizam o País: “*Por que usa esses produtos?*” Isso ocorre porque, realmente, não há agilidade no registro.

Foi isto que fomos fazer na Austrália: procurar saber como eles fazem. Lá, em 6 meses, eles têm um produto novo; aqui levamos 10 anos, 8 anos, os nossos produtos são defasados e não existe substitutos. Ou se usa o produto ou a praga acaba com a lavoura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

Gostei muito de ouvi-lo, até porque respeito muito quem é da área e reflete sobre esse tema. A minha pergunta é: não seria correto nós identificarmos os produtos que, em nossa opinião, deveriam ser substituídos, dar um tempo para essa substituição e, ao mesmo tempo, dar um período de análise terminativa à ANVISA para a aprovação dos substitutos?

Eu não me sinto aqui tranquilo em dizer: “*Para esse agrotóxico, você tem que aprovar aquele agrotóxico*”. Mas posso dizer: “*Proíba este produto aqui e, em um tempo ‘x’, no máximo, você tem que fazer a substituição dele e já licenciar e aprovar o substituto*”. Esse tempo pode ser de 1 ano ou um período que nós achemos razoável. Assim, pelo menos faz nós fazemos uma coisa ponderada, em que se tira o produto e obriga a análise e a aprovação do substituto.

Digo isso porque a fala de V.Exa. leva em consideração que nós estamos aceitando o uso de produtos defasados. Está certo? Eu sinto que V.Exa. reconhece isso.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - É verdade. Está acontecendo isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Então, o que eu queria propor a V.Exa. é se nós não poderíamos aprovar uma lei identificando aqueles produtos que têm que sair de circulação e dando um prazo máximo para isso, durante o qual a ANVISA terá que fazer o licenciamento do produto substituto.

Faço essa proposta porque agora até já fiquei com medo de almoçar amanhã. (Riso.) E, como eu moro em prédio aqui, não tenho como ter um canteiro.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Mas a Mesa está fazendo a análise disso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Por isso, eu queria perguntar se nós não poderíamos chegar a esse acordo aqui na Comissão, num diálogo com V.Exa. e o Deputado Sachetti, que, parece-me, são os que fazem essas ponderações juntamente com as pessoas que foram convidadas.

Todos aqui parecem aprovar a ideia de que nós estamos usando venenos e que precisamos substituí-los. Então, a minha sugestão de início de diálogo seria essa.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Deputado Paulo, eu só queria falar que isso já está acontecendo. Por exemplo, hoje foi feita a análise do paraquat, um herbicida usado para matar as ervas daninhas e que, segundo os estudos técnicos, não deixa resíduo quando atinge o solo, porque se acaba. Mas foi proibido o paraquat daqui a 3 anos. Para quê? Para dar tempo de termos um substituto, um produto que possa resolver o problema das ervas daninhas. Se você tirar o paraquat hoje, irá quebrar toda a agricultura e principalmente o plantio direto, que é hoje uma prática ambiental recomendada no mundo inteiro e mais aqui no Brasil.

Então, isso já está sendo feito. O que nós precisamos é “combinar com os índios”, que a ANVISA realmente faça esse trabalho de análise. As empresas colocam o produto para ser analisado pela ANVISA, pelo Ministério da Agricultura e pelo Ministério do Meio Ambiente, mas eles demoram a fazer essa análise por conta da burocracia, e o processo não anda. Então, o que acontece? Não se tem aqui os produtos que existem lá fora. Não é por nada que está acontecendo hoje um grande contrabando de produtos da Argentina, do Uruguai, do Paraguai. Isso ocorre porque lá esses produtos são permitidos, porque estão registrados. Como aqui eles não estão registrados, o pessoal importa, faz contrabando. E o mesmo produto é usado na soja, no milho.

Então, nós aceitamos essa proposta e pedimos ajuda até, porque é um problema para nós não haver esses registros. Isso está trazendo dificuldade. No Brasil hoje, para terem ideia, não se está conseguindo exportar certas frutas porque não existe aqui o produto recomendado para tratá-las e, se for aplicado outro produto, eles lá fora não aceitam. Com isso, você acaba não exportando tais frutas.

Então, existe esse problema seríssimo de exportação, que não se está conseguindo resolver por causa da falta do registro de produtos que estão para





análise lá no Ministério da Agricultura. Se você for lá hoje, verá que 200, 300, 2 mil produtos estão aguardando registro, cujo processo não consegue andar. São produtos muito menos tóxicos. Eu, como agrônomo — tenho 40 anos de agronomia —, posso dizer que os produtos que usava 40 anos atrás estão varridos hoje da história. Nem se fala mais neles, pois hoje é outra tecnologia. Se você usava lá 2 litros, 3 litros de produto por hectare, hoje você usa 100 mililitros por 10 mil metros quadrados, uma coisa ínfima, porque a tecnologia das partículas possibilitou isso.

E podem ter certeza de que as próprias indústrias dos químicos estão indo para o orgânico, para o natural. Já existem vários produtos aqui, tanto animais como vegetais, que são naturais, porque as próprias indústrias estão indo nesse sentido. E o produtor é assim: se ele puder usar um produto orgânico, natural, ele usa. Cito, por exemplo, o neem, que muita gente usa. Quem conhece o neem, uma planta indiana que é um inseticida muito bom, biológico? Também o próprio fungo que existe aí nas lavouras é usado para se fazer um inseticida e combater a lagarta sem usar agrotóxico.

Então, existe muita coisa andando aí. As próprias indústrias, com certeza, daqui no máximo 10 anos, estarão trabalhando com produtos biológicos. Isso é tudo o que nós queremos. Ninguém quer usar inseticida, envenenar gente, envenenar planta, etc. Mas isso é uma coisa que temos que trabalhar.

Então, nós aceitamos essa proposta, mas registramos que temos que fazer umas coisas que realmente estejam na prática.

Para encerrar, eu só queria colocar aqui uns dados que talvez o pessoal desconheça, para que vejam como a agricultura brasileira faz. Esse é um estudo da EMBRAPA. Eu não ouvi nenhum dos nossos palestrantes aqui falar da EMBRAPA, que faz pesquisas conhecidas no mundo inteiro.

Vejam bem: a EMBRAPA fez um estudo da ocupação territorial do Brasil baseado no Cadastro Ambiental Rural — CAR, que foi feito em praticamente 98% das propriedades no Brasil. O que a EMBRAPA encontrou nesse estudo? Que a agricultura brasileira tem uma área de 50,7% de propriedade privada, da qual 20,5% são de floresta dentro das propriedades; 8% são de pastagens nativas; e 13,2% são de pastagens plantadas. E sabem qual a porcentagem de área de tudo o que se planta, mais a floresta? É de 9% do Brasil. Esse é um estudo da EMBRAPA.



As cidades e infraestruturas ocupam 13,5%; a vegetação nativa em terras devolutas que estão cadastradas, 18,9%; a vegetação nativa em terras indígenas, 13,8%; e a vegetação nativa em Unidades de Conservação, 13,1%.

O Brasil tem, segundo a EMBRAPA — está aqui o mapa por satélite —, 74,3% de floresta nativa.

Então, eu acho que é preciso tentar ajustar esse processo. O que a agricultura faz? Qual é o impacto da agricultura, inclusive com os assentamentos de reforma agrária? Hoje são 89 milhões de hectares de reforma agrária para 1 milhão de famílias.

Há todos esses dados. Então, o que nós precisamos fazer é isto: o desenvolvimento sustentável na prática, sem criminalizar esse ou aquele, mas buscando uma solução. É isso o que nós estamos querendo. Vocês acham que nós queremos trazer comida envenenada? *“Que bandidos são esses que vão produzir comida envenenada para levar para o brasileiro?”* Isso não existe! Existe a má aplicação do produto, o cara que não usa o produto direito.

Quanto àquela observação que foi feita aqui, de que tem que haver os dados nos produtos, se você pegar qualquer agrotóxico, ele traz todos os dados na embalagem, o que, aliás, os remédios não trazem. As pessoas envenenam muito as crianças na hora de um apuro. Mas, na bula do agrotóxico, está o princípio ativo, a dosagem, para que ele serve, qual é o problema que dá, qual é o antídoto se alguém tiver problema. Está tudo na bula. Isso é obrigatório. Assim também ocorre com o transgênico, cuja embalagem diz o que ele é. As pessoas têm que saber isso.

Por que aumentou — não sei se o dado é real — o uso de defensivos com os transgênicos? Acontece que o transgênico serve para uma ou outra coisa. Ele, por exemplo, combate a lagarta, mas não combate a ferrugem. E para a ferrugem que chegou, que alguém trouxe para Brasil, que é um país tropical, usou-se muito mais defensivo. A lagarta também não existia aqui, então, para ela o transgênico não serve. Ele não combate tudo que é praga e doença, combate uma, duas, três ou quatro. Agora estão na quinta lá fora, e nós estamos na primeira aqui no Brasil. Por que você usa, por que você aumenta o uso de defensivos? Porque as pragas aparecem.



Para encerrar, Presidente, eu quero dizer que nós temos que fazer esse diálogo, sim. Eu vejo V.Exa. fazer um trabalho forte, contundente com o Ministério Público, com a Justiça e outros setores — V.Exa. tem uma competência muito boa e profissional nessa área. Nós temos que fazer o mesmo aqui. Ninguém está escondendo o jogo. Nós queremos resolver isso. Que Deus nos ajude e que, daqui a 10 anos, não exista mais agrotóxico no mundo, nós não precisemos de mais nada disso. Quem não quer isso?

Agora, isso custa muito dinheiro. O agricultor não aplica nada que não precise. Ele pode aplicar errado, mas não vai aplicar algo porque quer gastar ou rasgar dinheiro. E, como isso custa dinheiro, ele não vai fazer nunca.

Então, o pessoal tem que acompanhar mais o nosso dia a dia. Eu acho que nós vamos chegar a um bom termo nessa questão.

Sobre a questão da água, quero dizer, finalmente, que a agricultura não vive sem água e nem gente nem animal vivem sem água. Está faltando água? Sim. Mas, comparando o que o Brasil tinha de população há 30 ou 50 anos ao que ele tem hoje, ele não tinha a cidade de São Paulo.

Todo mundo sabe que ninguém elimina uma molécula de água. A água tem um ciclo fechado, sempre existiu e sempre vai existir. A água está num lugar ou no outro. O consumo concentrado é que está dando problema.

Então, a agricultura precisa de água, sim. O fato é que nós estamos deixando de captar a água da chuva e de fazer reservatórios, para a água não ir para o mar e ficar salgada, e depois termos que tirar o sal da água, para que ela seja usada pelos animais e pelas pessoas.

Portanto, eu acho que nós estamos errando nesse processo. A irrigação no Brasil hoje é uma das menores do mundo. Nós somos os que menos usam água. Só que 70% a 80% do alimento que chega à nossa mesa — todo mundo sabe disso — é composto de água, o resto é matéria seca.

Então, de um jeito ou de outro, nós estamos mandando água para a mesa dos brasileiros também. Os árabes, já espertamente, não estão mais irrigando lá porque importam comida pronta de nós aqui. Mas eles não têm água como nós temos aqui. Eu acho que é uma questão de administrarmos isso.



Eu peço desculpas se me expressei mal com relação às palestrantes. Mas acho que nós estamos numa briga de ideias, de pensamentos e de posições, e não de qualquer outra coisa. A democracia é isto: administrar as divergências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Obrigado. E eu acho que não é nem briga.

Quero falar que o meu projeto é o de nº 4.412, de 2012.

Eu quero fazer uma sugestão aqui. Sugiro que peguemos essas instituições que estão aqui e, eventualmente, uma ou outra que estiver faltando, a EMBRAPA inclusive, os Deputados interessados, o Deputado Valdir Colatto, o Deputado Adilton Sachetti, o Deputado Edmilson Rodrigues, o Deputado Nilto Tatto, e a ANVISA, para fazermos o que eu chamaria de diálogo. Passaríamos aqui 1 ou 2 dias discutindo cada substância dessas.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Permite-me, Deputado? Eu acho que o Ministério Público Federal é importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - V.Exa. está propondo?

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - A ANVISA é uma agência reguladora. Não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - V.Exa. propôs também o Ministério Público ou foi o Deputado Valdir Colatto?

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Não. Mas ele falou no Ministério Público ao citar o trabalho de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Mas eu não entendi se ele estava querendo trazer o Ministério Público ou querendo que nós fizéssemos o trabalho de conciliação.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Eu é que sugiro isso. Sabe por quê? Em algumas situações — não é, digamos, coerção, não —, as instituições envolvidas se dispõem a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta — TAC. Essa informação de que se levam anos e anos para analisar uma molécula é realmente uma coisa inacreditável. A burocracia está criando situações de atraso.

Nesse sentido, eu acho que é uma questão importante o tempo necessário para uma instituição autárquica, como a ANVISA, ter quadros técnicos e se adaptar



e modernizar, a fim de poder responder de forma mais rápida a essas demandas dos produtores.

Então, eu acho que é importante termos aqui o Ministério Público, não com o chicote na mão, digamos, mas apenas como uma instituição do Estado brasileiro que pode colaborar. Eu acho que, nesse espírito, ninguém se sente constrangido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Eu, então, quero fazer a seguinte sugestão: que nós façamos um diálogo com a ANVISA, o IBAMA, os Parlamentares e a sociedade civil. Nesse diálogo, nós vamos analisar cada uma das substâncias e qual é o substituto para aquela substância que está sendo usada no Brasil e que já foi proibida no mundo. Nós vamos ter como referência as substâncias que já foram proibidas nos países com um grau de desenvolvimento maior do que o nosso. Nós vamos analisar uma a uma e ver quais são os substitutos, com a sugestão de um tempo para a substituição.

Eu quero, então, sugerir uma Mesa para esse diálogo, que nós prepararíamos. O Deputado Edmilson Rodrigues propõe a presença do Ministério Público. Eu queria saber se há concordância. *(Pausa.)*

O Deputado não concorda com a presença do Ministério Público. Então, nós poderíamos, depois do diálogo feito, pensar na presença dele.

A minha sugestão aqui é esta: instituímos uma Mesa para um diálogo sobre a substituição dessas substâncias no Brasil. Não vamos entrar na discussão dos substitutos, mas isso os técnicos dirão. Faremos a análise das outras substâncias e daremos um prazo para que a substituição ocorra.

Deputado, não sei se V.Exa. assistiu a um vídeo que foi passado aqui, hoje de manhã, que mostra que um grande produtor de cana em Ribeirão Preto, de uma família muito tradicional, a Balbo, já utiliza técnicas novas. Eu acho que sua produção é em Jaboticabal.

**A SRA. KELLI MAFORT** - Ele é o maior produtor de açúcar orgânico do mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Ele é o maior produtor de açúcar orgânico do mundo.



Então, esse processo aqui também pode resultar num debate de qualificação e de educação, para que o nosso agricultor possa chegar a níveis de agricultura com menor utilização de agrotóxicos.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Presidente, se V.Exa. pesquisar, o projeto de agricultura orgânica aprovado por esta Casa é meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - É de V.Exa.?

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - É meu. E hoje ele é lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Então, nós estamos conversando com alguém que tem o mesmo interesse.

Eu vou propor ao Presidente da Comissão que nós marquemos esse diálogo. Eu vou fazer um requerimento, que sugiro que nós três assinemos. Eu vou fazer uma sugestão para estabelecermos esse diálogo interinstitucional, sediado no Parlamento.

Eu acho a coisa mais horrível fazer um diálogo em outra instituição que não aqui. Esta Casa é a instituição, digamos, com maior autoridade para fazer esse diálogo, porque tem aqui todo o Brasil representado, ainda que precisemos aperfeiçoar a forma de representação. Esse debate pode ser aqui na Comissão de Meio Ambiente.

Então, eu vou fazer um requerimento, que vou submeter a V.Exas., ao Deputado Adilton Sachetti e ao Presidente da Comissão, sugerindo um diálogo, que não deveria ser neste tipo de ambiente, deveria ser num ambiente muito mais parecido com aquela sala de reuniões da Mesa, que tem microfones e é um espaço onde todos estão no mesmo nível.

E eu vou pedir, já que a sugestão partiu daqui, que os convidados de hoje participem desse diálogo, representando a sociedade civil brasileira. Se faltar uma ou outra instituição, peço a V.Exas. que completem a lista, para avançarmos nesse processo.

O meu projeto é de 2012 e já estamos em 2017. Já são 5 anos de tramitação, sem que ele avance. Portanto, vamos procurar avançar no âmbito do diálogo a ser feito a partir dessa iniciativa nossa.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Sim. Mas eu estou percebendo que aquela Comissão Especial está vivendo um processo em que muita gente não indica nomes, não avança.

**A SRA. CARLA BUENO** - Quero só esclarecer que já existe quórum para instalação da Comissão. Agora só precisamos que ela seja de fato agendada.

A instalação da Comissão já está assinada pelo Presidente da Câmara. Só é preciso, de fato, puxar a primeira reunião, o que também pode ajudar nesse debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Sim. Vamos pensar debater isso também no âmbito da Comissão. A senhora sabe quem é o Presidente e o Relator dela?

**A SRA. CARLA BUENO** - Vai ser definido na primeira reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - O Presidente também?

**A SRA. CARLA BUENO** - O Presidente e o Relator serão definidos na primeira reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Está bom.

Vamos ver se fazemos lá ou se fazemos aqui, como está sendo proposto. Aqui também há uma riqueza, que é a representação da sociedade. Vamos refletir sobre isso e voltamos a conversar.

Eu acho que nós podemos partir para o encerramento da nossa reunião.

Quero agradecer ao Deputado Valdir Colatto, ao Deputado Edmilson Rodrigues, ao Deputado Adilton Sachetti e ao Deputado Amauri Teixeira. Quero agradecer a todos que participaram desse processo conosco. Quero agradecer também as ricas e patrióticas contribuições da Dra. Carla Bueno, da Kelli Mafort, da Marina Lacorte, da Ana Marina Martins de Lima, da Madalena Margarida e da Ubirani Otero, convidada que participou aqui conosco, mas teve que sair.

Agradeço ao Presidente efetivo da Comissão, o Deputado Nilto Tatto, e agradeço igualmente aos Deputados João Daniel e Valmir Assunção, que comigo tomaram a iniciativa desta sessão.

Muito obrigado a todas e a todos, principalmente a esta forte presença feminina. Acho que, cada dia mais, o espaço público tem que ser ocupado pelas mulheres, no mínimo, com paridade. Hoje aqui houve mais do que paridade, e isso é muito bom.

Espero que consigamos avançar nessa temática que interessa a todas as brasileiras e a todos os brasileiros.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.